

PEAS

Plano Estadual de Assistência Social

2011



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

ALBERTO GOLDMAN

Governador do Estado de São Paulo

JOSÉ CARLOS TONIN

Secretário Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

VICENTE DE PAULA OLIVEIRA

Secretário de Estado Adjunto

CARLOS ALBERTO FACHINI

Chefe de Gabinete



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
1. DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	8
1.1 DIAGNÓSTICO ESTADUAL.....	8
1.1.1 Aspectos demográficos e socioeconômicos	8
1.1.2 Dados sociais e de vulnerabilidade social no Estado de S. Paulo.....	10
1.2 DIAGNÓSTICO REGIONAL	15
1.2.1 REGIÃO 1 – CAMPINAS.....	15
1.2.2 REGIÃO 2 – RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO	18
1.2.3 REGIÃO 3 – REGIÃO CENTRO OESTE PAULISTA	25
1.2.4 REGIÃO 4 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO.....	29
1.2.5 REGIÃO 5 – OESTE PAULISTA	33
1.2.6 REGIÃO 6 – SOROCABA E SUDESTE DO ESTADO	37
1.2.7 REGIÃO 7 – VALE DO RIBEIRA.....	42
1.2.8 REGIÃO 8 – BAIXADA SANTISTA.....	46
1.2.9 REGIÃO 9 – VALE DO PARAÍBA.....	49
1.2.10 REGIÃO 10 – GRANDE SÃO PAULO.....	51
2. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	56
2.1 SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	58
2.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF.....	58
2.1.2 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	58
2.1.3 Serviços para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos.....	58
2.1.4 Serviços para Idosos	59
2.1.5 Serviços no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....	59
2.1.6 Serviço de Promoção e Inclusão Produtiva	60
2.1.7 Outras unidades públicas da Proteção Social Básica	60
2.2 A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO ESTADO DE SÃO PAULO	61
2.2.1 Rede Socioassistencial da Proteção Social Básica no Estado.....	62
3. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.....	66
3.1 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE .	67



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

3.1.1	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi)	67
3.1.2	Serviço de Abordagem Social	67
3.1.3	Serviço a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade	68
3.1.4	Serviço a Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias	68
3.1.5	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	69
3.2	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	69
3.2.1	Serviço de Acolhimento Institucional	69
3.2.2	Serviço de Acolhimento em Repúblicas	69
3.2.3	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	70
3.2.4	Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências	70
3.3	A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO	70
3.3.1	Rede Socioassistencial de Proteção Social Especial de Média Complexidade	70
3.3.2	Rede Socioassistencial de Proteção Social de Alta Complexidade	71
3.4	IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	75
3.4.1	Implementação de 10 Creas Regionalizados	75
3.4.2	Tipologia de Creas regionalizado	76
4.	TRANSFERÊNCIA DE RENDA E BENEFÍCIOS	78
4.1	PROGRAMAS FINANCIADOS PELOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL	78
4.1.1	Ação Jovem	78
4.1.2	Renda Cidadã	79
4.1.3	Benefício de Prestação Continuada (BPC)	79
4.1.4	BPC na Escola	80
4.1.5	ProJovem Adolescente	80
4.1.6	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	81
4.1.7	Programa Bolsa Família	82
4.2	EFETIVIDADE DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA	82
5.	PROGRAMAS E AÇÕES INTERSETORIAIS	86
5.1	PROGRAMAS INTERSETORIAIS	87



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

5.1.1	Futuridade	87
5.1.2	REDE SOCIAL SÃO PAULO	91
5.1.3	PROGRAMA ESTADUAL VIRADA SOCIAL (PEVS).....	96
5.1.4	CENTRO DE ESPORTES, CULTURA E LAZER DO PARQUE ESTADUAL FONTES DO IPIRANGA – CECL/PEFI.....	97
5.2	AÇÕES INTERSETORIAIS	100
5.2.1	Interfaces do Programa Ação Jovem.....	101
5.2.2	Interfaces Programa Renda Cidadã	103
5.2.3	Interfaces do Programa Bolsa Família.....	104
5.2.4	Interfaces do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	105
5.2.5	Interfaces do Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	108
5.2.6	Interfaces do ProJovem Adolescente	108
5.2.7	Intersetorialidade da Política de Assistência Social e a Proteção Social Especial	109
6.	GESTÃO.....	114
6.1	GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL.....	114
6.1.1	Aprimoramento da gestão	114
6.1.2	Transferência de renda e benefícios	115
6.1.3	Proteção social básica e especial.....	116
6.1.4	Acompanhamento de projetos e programas.....	117
	Monitoramento e avaliação	119
6.1.5	Plano integrado de capacitação	120
6.2	GESTÃO DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL.....	124
6.2.1	Plano Plurianual da Assistência Social.....	124
6.2.2	Criação da Revista Social SP	125
6.2.3	Continuidade do Programa Seminário Técnico Seeds	125
6.2.4	Interfaces e Parcerias do Sistema Pró-Social	125
6.2.5	Interfaces e Parcerias para a Base de Dados para o Data Warehouse	126
6.2.6	Interfaces e Parcerias para Capacitação, Transferência de Tecnologia e Protocolo de Cooperação Técnica	126



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

APRESENTAÇÃO

A **Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (Seads)**, em conformidade com as determinações estabelecidas pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)¹, apresenta o **Plano Estadual de Assistência Social 2011**, que se configura como um instrumento de planejamento estratégico para a consolidação das políticas públicas de assistência social no Estado de São Paulo.

O Plano Estadual de Assistência Social, ao estabelecer as diretrizes gerais que norteiam as ações, metas e prioridades programáticas que devem ser cumpridas pelo Estado paulista no campo socioassistencial, visa à implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ao fortalecimento da descentralização e da municipalização da assistência social e à redução das vulnerabilidades e desigualdades sociais.

A elaboração do **PEAS 2011** realizou-se em três ciclos. O primeiro, iniciado no âmbito das Prefeituras e das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (Drads), voltou-se para o levantamento de diagnósticos regionais, com base em dados enviados pelos municípios, permitindo um planejamento que contempla as particularidades das 26 regiões representadas pelas Drads.

O segundo, conduzido na sede da Seads, direcionou-se à constituição e organização do grupo de planejamento, composto por representantes de diversas áreas da Secretaria, resultando na estruturação do plano em quatro eixos de ação da política de assistência social no Estado de São Paulo: proteção social básica; proteção social especial; transferência de renda e benefícios; e ações intersetoriais. O terceiro ciclo, por fim, destinou-se aos ajustes finais do documento, visando à sua apresentação preliminar às Drads, municípios e ao Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas).

Organizado em seis capítulos, o primeiro apresenta um diagnóstico da vulnerabilidade e do risco social da população no Estado de São Paulo, com destaque para os aspectos

¹ NOB/SUAS/05 – Capítulo 3 – Ítem 3.1.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

demográficos e socioeconômicos expressos na divisão estadual em regiões administrativas e em áreas de atuação das 26 Drads correspondentes a essas divisões. Nessa abordagem, também se ressalta a situação da gestão municipal da Assistência Social no Estado, representado em 645 municípios.

O segundo e terceiro capítulos trazem como tema a proteção social básica e especial, com dados referentes à Gestão da Assistência Social no Estado de São Paulo mediante as diretrizes e constituição da rede de proteção social básica e especial em serviços, benefícios, programas e projetos.

No quarto capítulo são abordados os programas de transferência de renda e outros benefícios financiados pelos governos Estadual e Federal, a efetividade da transferência de renda no Estado de São Paulo e as propostas de orçamento para esses programas no exercício de 2011.

O quinto capítulo é dedicado às ações intersetoriais desenvolvidas pela Seads, que se dividem em programas e ações realizados no âmbito de diversas áreas do governo em conjunto com os segundo e terceiro setores.

Por último, no sexto capítulo são apresentados a gestão e a execução da política de assistência social no Estado de São Paulo, o Projeto de Avaliação e Aprimoramento da Política Social no Estado de São Paulo, executado pela Seads com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e cofinanciado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o monitoramento e a avaliação de sistemas e serviços de gestão, como os módulos Pró-Social e BI-Data Warehouse, que permitem o acesso a informações para análise, monitoramento e avaliação das ações sociais.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

1. DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Este diagnóstico é um panorama do Estado de São Paulo que apresenta os aspectos afetos à vulnerabilidade e ao risco social de sua população, mediante uma análise geral e análises das particularidades de cada região.

A análise regional está organizada segundo 10 grupos correspondentes a uma agregação do território das 26 Diretorias Regionais da Seads, seguindo um agrupamento próximo à divisão do Estado em Regiões Administrativas, quais sejam:

- 1 CAMPINAS – Campinas, Mogiana, Piracicaba;
- 2 RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO – Araraquara, Ribeirão Preto, Franca, Barretos;
- 3 CENTRO OESTE PAULISTA – Bauru, Botucatu, Marília;
- 4 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – São José do Rio Preto, Fernandópolis;
- 5 OESTE PAULISTA – Alta Paulista, Alta Noroeste, Alta Sorocabana;
- 6 SOROCABA E SUDESTE DO ESTADO – Avaré, Itapeva, Sorocaba;
- 7 VALE DO RIBEIRA – Vale do Ribeira;
- 8 BAIXADA SANTISTA – Baixada Santista;
- 9 VALE DO PARAÍBA – Vale do Paraíba;
- 10 GRANDE SÃO PAULO – Grande São Paulo Norte, Leste, Oeste, ABC e Capital.

1.1 DIAGNÓSTICO ESTADUAL

1.1.1 Aspectos demográficos e socioeconômicos

Segundo estimativa populacional da Fundação Seade, em 2010 o Estado de São Paulo concentrava uma população residente de 42.136.277 habitantes, ou seja, quase 22% da população brasileira, constituindo-se, assim, na mais populosa Unidade da Federação e em uma das mais densas do País, com cerca de 149 habitantes por km², em relação à média nacional de pouco menos de 20 habitantes



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

por km²⁽²⁾. O Estado reúne uma população majoritariamente urbana (93,76%), que corresponde a, aproximadamente, 39.506.973 habitantes.

A taxa de crescimento anual da população do Estado é de 1,33%, equivalente a 550 mil novos habitantes a cada ano. E mais: estima-se que 23,17% da população é constituída de jovens com menos de 15 anos e 10,81%, de idosos (maiores de 60 anos de idade). Nesse quadro, a região administrativa de Presidente Prudente é a que apresenta a menor taxa de crescimento populacional, correspondente a 0,69%, enquanto a região administrativa de Sorocaba situa-se no espectro oposto, com uma taxa de 1,63%.

Há uma tendência de redução da taxa de crescimento no Estado³, e como consequência importante cita-se a modificação do seu perfil populacional. A pirâmide etária projetada para 2010 revela base mais estreita em relação à configuração de 2000 e uma população marcadamente adulta, em pleno processo de envelhecimento populacional.

O contingente populacional com idade superior a 65 anos é o que mais aumentará nos próximos anos. Seu ritmo de crescimento na década 2000-2010 será, em média, de 3,2% ao ano. O principal reflexo será o incremento em cerca de 17% da participação desse grupo na população total, passando de 6%, em 2000, para 7%, em 2010.

A população menor de 15 anos permanecerá praticamente inalterada. Já o contingente adulto continuará a aumentar, resultando em maior população residente no Estado de São Paulo em 2010, embora a cada período de projeção as taxas anuais de crescimento se desacelerem.⁴

⁽²⁾ IBGE – Censo Demográfico 2000, In <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1298&z=t&o=24&i=P> (Tabela 1298); cabe ainda destacar que a previsão da Fundação Seade para 2010 indica uma taxa de 169,76 habitantes por km², In http://www.seade.gov.br/produtos/perfil_estado/

³ Segundo a Fundação Seade, a Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População no período 2000/2010 é de 1,32% ao ano, sendo que no período de 1991/2000 era de 1,82%a.a. e no período de 1980/1991 era de 2,12%a.a. In, <http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=tabela>

⁴ Fonte: Fundação Seade. Publicação: CENÁRIOS FUTUROS DA POPULAÇÃO PAULISTA. (p.3). Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/projpop/pdfs/projpop_cenarios_futuros.pdf>. Acesso em: 27 out. 2010.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

1.1.2 Dados sociais e de vulnerabilidade social no Estado de S. Paulo

O levantamento efetuado pelo Ministério da Saúde indica que em 2007, o Brasil apresentava um percentual de famílias pobres⁵ equivalente a 32,24% de sua população, sendo que dentre os estados, São Paulo apresentava o segundo menor índice (15,66%), superado apenas por Santa Catarina, com 11,47%. No entanto, em termos absolutos, a quantidade de famílias pobres ainda é expressiva, ficando São Paulo apenas atrás do Estado da Bahia. No emprego, o Estado figura como detentor da maior taxa de emprego formal, segundo dados de 2008⁶, com a cifra de 11.713.163 trabalhadores, quase três vezes o segundo colocado, o Estado de Minas Gerais (com seus 4.184.183 trabalhadores), representando aproximadamente 30% do número de trabalhadores com emprego formal no país. Entretanto, a Região Metropolitana de São Paulo possui médias de desocupação superiores às verificadas no país (considerando-se estudo do IBGE efetuado com as seis maiores capitais brasileiras), embora inferiores às verificadas no Recife e em Salvador.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M⁷, no período 1991-2000, São Paulo cresceu 5,40%, passando de 0,778 em 1991 para 0,820 em 2000 (taxa igual à de Santa Catarina e apenas superada pelo Distrito Federal⁸). A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 50,0%, seguida pela Longevidade, com 31,3% e pela Renda, com 18,8%.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do Estado e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 18,9%.

No que diz respeito à educação, em que pese as médias apresentadas por São Paulo serem melhores que a média brasileira, dados da Fundação Seade permitem

⁵ In, http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab2.shtm

⁶ In, http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab2.shtm

⁷ O IDH-M é, assim como o IDH, um índice que mede o desenvolvimento humano de uma unidade geográfica. Como o IDH foi concebido para ser aplicado no nível de países e grandes regiões, sua aplicação no nível municipal tornou necessárias algumas adaptações metodológicas e conceituais. Os únicos dados (para as variáveis relevantes) definidos, coletados e processados de maneira uniforme para todos os municípios brasileiros são aqueles provenientes dos Censos Demográficos do IBGE. Portanto, para garantir a homogeneidade do cálculo dos índices, todos os indicadores têm que ser extraídos, direta ou indiretamente, dos censos (In, http://www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/idhm/idhm_indice_municipal.pdf).

⁸ MDS - Matriz de Informação Social; In, <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/home/index.php>



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

verificar que a taxa de aprovação de alunos no Ensino Médio tem sofrido queda no período de 2002 a 2005. Com isto, se em 2002 a taxa de aprovação era de 84%, em 2005 esse número cai para 80%. Tal distribuição, próxima entre as regiões metropolitanas, é melhor na região de Campinas (81,6% em 2005) e pior na Grande São Paulo e na Baixada Santista, respectivamente com 78,7% e 78,1%.

Por outro lado, os dados na área da saúde apresentaram melhoras constantes, particularmente em relação à gravidez na adolescência e a mortalidade infantil. No tocante à gravidez na adolescência, consideradas as jovens e adolescentes gestantes com até 19 anos de idade, dados da Secretaria Estadual da Saúde revelam que estas, em 2008, representaram 15,7% do total de partos. Esse índice foi de 16,25% no ano anterior, 16,6% em 2006, 16,9% em 2005, 17,0% em 2004, 17,5% em 2003 e 18,4% em 2002.

A taxa de mortalidade infantil no Estado também apresenta melhoras. No ano de 2008, o Estado apresentou uma taxa de 12,56%%, ante a taxa nacional de 23,3%. Entre as diversas regiões administrativas, Barretos e Ribeirão Preto apresentaram melhores resultados (com 9,82% e 9,91% respectivamente), enquanto os piores resultados foram verificados nas regiões de Araçatuba e Baixada Santista (com 15,16% e 16,5% respectivamente).

Uma questão importante a se tratar é a diferenciação regional e os contrastes do desenvolvimento social paulista, que podem ser verificados na análise dos dados da “Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua”, realizada em 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, que excluiu cidades como São Paulo pelo fato de estas já terem efetuado levantamentos próprios. Nessa pesquisa, quatro cidades paulistas figuram entre as que apresentaram os maiores percentuais de população em situação de rua, conforme segue:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Tabela 1 - Municípios brasileiros com maiores percentuais de população em situação de rua – 2008

CIDADE	POPULAÇÃO (Contagem IBGE 2007)	RESULTADO PESQUISA (número absoluto)	PERCENTUAL (%)
São José dos Campos – SP	594.948	1633	0,274
Santos – SP	418.288	713	0,170
Curitiba – PR	1.797.408	2776	0,154
Juiz de Fora – MG	513.348	607	0,118
Salvador – BA	2.892.625	3289	0,114
Niterói – RJ	474.002	529	0,112
Florianópolis – SC	396.723	426	0,107
Campinas – SP	1.039.297	1027	0,099
Vitória – ES	314.042	296	0,094
Mogi das Cruzes – SP	362.991	310	0,085
TOTAL – BRASIL	52.253.807	31922	0,061

Fonte: “Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua”, Meta Instituto de Pesquisa de Opinião/MDS.

Outro aspecto social que não convém desprezar é o referente à segurança pública. E nesse ponto o Estado também apresenta disparidades. Dados da Secretaria de Segurança Pública/SP⁹ demonstram que a quantidade de homicídios no Estado vem caindo nos últimos anos, conforme segue abaixo:

⁹ Secretaria de segurança pública. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados.aspx?id=E>>. Acesso em: 04 fev. 2010.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Tabela 2 – Quantidade anual de homicídios dolosos

Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
2001	12.475	2005	7.076
2002	11.847	2006	6.057
2003	10.954	2007	4.877
2004	8.753	2008	4.426

Fonte: Secretaria de Segurança Pública.

Ainda em relação à segurança pública, a questão dos adolescentes em conflito com a lei permanece como desafio ao Estado de São Paulo, que continua a apresentar números expressivos. Tomemos por base o levantamento a seguir, efetuado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República¹⁰, que permite verificar que pouco mais de 30% dos adolescentes brasileiros submetidos a medidas socioeducativas privativas de liberdade estão no Estado:

¹⁰ Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 3, 2009. <http://www.forumseguranca.org.br/institucional/wp-content/uploads/2009/12/anuario_2009_final.pdf> Acesso em: 04 nov. 2010.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Tabela 3 – Adolescentes em conflito com a lei, por medidas socioeducativas privativas de liberdade

Unidades da Federação	Internação		Internação Provisória		Semiliberdade		Total	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Total	11.443	11.734	3.852	3.715	1.214	1.419	16.509	16.868
Acre	155	182	98	95	28	12	281	289
Alagoas	59	48	22	21	12	11	93	80
Amapá	38	34	42	33	10	11	90	78
Amazonas	52	61	11	26	12	3	75	90
Bahia	136	165	156	123	16	2	308	290
Ceará	588	584	189	168	129	94	906	846
Distrito Federal	357	388	168	200	59	59	584	647
Espírito Santo	320	366	188	178	-	3	508	547
Goiás	238	108	54	54	12	7	304	169
Maranhão	58	55	49	39	25	18	132	112
Mato Grosso	158	167	27	35	-	-	185	202
Mato Grosso do Sul	218	219	41	46	13	53	272	318
Minas Gerais	618	634	231	265	69	82	918	981
Pará	273	278	109	92	51	30	433	400
Paraíba	228	243	88	50	3	3	319	296
Paraná	570	636	227	259	35	44	832	939
Pernambuco	894	1.027	307	266	100	90	1.301	1.383
Piauí	34	41	60	48	5	12	99	101
Rio de Janeiro	510	664	252	196	272	247	1.034	1.107
Rio Grande do Norte	155	81	36	33	36	38	227	152
Rio Grande do Sul	923	880	217	191	21	33	1.161	1.104
Rondônia	99	251	32	27	-	2	131	280
Roraima	18	16	9	7	5	5	32	28
Santa Catarina	115	181	156	205	59	89	330	475
São Paulo	4.538	4.328	995	1.011	215	422	5.748	5.761
Sergipe	73	68	56	36	13	34	142	138
Tocantins	18	29	32	11	14	15	64	55

Fontes: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR/Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SPDCA. Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – 2008; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

1.2 DIAGNÓSTICO REGIONAL

1.2.1 REGIÃO 1 – CAMPINAS

Drads de Campinas, Mogiana e Piracicaba

Perfil regional

As informações regionais destacam o perfil da Região Administrativa de Campinas, que é a segunda mais populosa e rica do Estado, abrangendo 90 municípios e cerca de 5,4 milhões de habitantes.

Está localizada ao norte da Região Metropolitana de São Paulo, e mais de 90% de sua população concentra-se em áreas urbanas, ao lado de grandes e movimentados centros industriais, como Campinas e Paulínia. Na região também se encontram municípios com características pacatas que propiciam a valorização do turismo, como, por exemplo, os municípios de Águas de Lindóia, Serra Negra e Águas da Prata¹¹.

A análise do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) mostra que a região é a quarta mais bem posicionada no indicador de riqueza e encontra-se no quinto lugar em relação à longevidade e no décimo em escolaridade. A importância econômica da região é patente, porém, sua situação social não é tão favorável, sendo grande sua heterogeneidade intra-regional.

Dessa forma, os moradores dessa região em situação de vulnerabilidade social têm acesso a alguns benefícios sociais, que minimizam os riscos inerentes à pobreza, uma vez que a maior parte de sua população (62,1%) reside em municípios que oferecem um conjunto de serviços sociais que contribuem para o bem-estar destas pessoas. No entanto, a despeito do elevado nível de riqueza da região, ressalta-se a parcela da população (cerca de 1,3 milhões de habitantes) residente em municípios ricos, mas desprovidos de acesso adequado a serviços básicos de saúde e educação (Grupo 2 do IPRS). Além disso, é elevado o contingente de pessoas (363

¹¹ Disponível em: <http://www.cidadespaulistas.com.br/prt/map-tematico/05-campinas.htm#princid>, acessado em: 26/10/2010.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

mil) que vivem em municípios classificados como os de pior situação quanto à pobreza e com baixa capacidade local em lograr avanços expressivos na área social e que, portanto, merecem maior atenção do poder público. A tabela abaixo, ao relacionar esses dados com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), apresenta um panorama geral da região:

Tabela 4 – Região 1 – Campinas: características demográficas – 2010

DRADS	N.º de habitantes	N.º de habitantes em IPVS 4, 5 e 6 (Estimativa)	Porte	Nº de Municípios
Campinas	4.052.818	1.672.492	Pequeno I	14
			Pequeno II	13
			Médio	5
			Grande	11
			Metrópole	1
Mogiana	811.371	449.181	Pequeno I	8
			Pequeno II	6
			Médio	5
			Grande	1
			Metrópole	0
Piracicaba	1.460.936	661.341	Pequeno I	13
			Pequeno II	7
			Médio	2
			Grande	4
			Metrópole	0

Fontes: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).

A Região de Campinas é composta por 35 municípios de Pequeno Porte I - PPI (39%), 26 de Pequeno Porte II – PP II (29%), 12 de Médio Porte (13%), 16 de Grande Porte (18%) e uma Metrópole (1%).

Quanto ao Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), dados da Fundação Seade revelam que 43% da população residente na região que está classificada nos grupos 4, 5 e 6, ou seja, encontra-se em situação de vulnerabilidade média, alta e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

muito alta. Destaca-se a Região Mogiana com percentual de 55% da população classificada nos grupos 4, 5 e 6. Entretanto, o maior contingente de vulnerabilidade social em números absolutos da população encontra-se na Drads Campinas.

Gestão municipal da assistência social

Dos noventa municípios que compõem essa divisão regional, 26 estão em Gestão Inicial (29%), 54 em Básica (60%) e 10 em Gestão Plena (11%), entre os quais se distribuem 141 CRAS e 22 Creas.

Tabela 5 – Região 1 – Campinas: gestão municipal – 2010

DRADS	Índice SUAS	Nível de Gestão	N.º de Municípios
Campinas	0,77	Inicial	9
		Básica	28
		Plena	6
		Não habilitado	0
Mogiana	0,75	Inicial	6
		Básica	13
		Plena	1
		Não habilitado	0
Piracicaba	0,78	Inicial	11
		Básica	13
		Plena	3
		Não habilitado	0

Fontes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)/Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

Considerando-se o Índice SUAS¹², a Drads de Campinas apresenta pontuação média de 0,77, a Drads Mogiana de 0,75 e a Drads Piracicaba de 0,78, de modo que

¹² Criado com o objetivo de fundamentar a partilha, priorização e o escalonamento da distribuição de recursos para o co-financiamento da Proteção Social Básica, por meio de um critério técnico, de forma a priorizar aqueles municípios com maior proporção de população vulnerável, menor capacidade de investimento e menor investimento do Governo Federal na Proteção Social Básica Para efeito de normalização, considerou-se o Município com maior despesa per capita classificada como função Assistência Social como 0 e o Município com menor receita corrente líquida per capita como 1.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

a região como um todo atingiu um índice médio de 0,76. Entretanto, é importante salientar que enquanto municípios como os de Mogi Mirim, Serra Negra e Analândia atingiram, respectivamente, as pontuações de 0,92, 0,91 e 0,89, por outro lado existem municípios situados no espectro oposto e apresentando maiores debilidades em termos de demanda e possibilidade de atendimento, como os de Nazaré Paulista, Corumbataí e Saltinho que atingiram, respectivamente, as pontuações de 0,59, 0,65 e 0,66.

1.2.2 REGIÃO 2 – RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO

Drads de Araraquara, Ribeirão Preto, Franca e Barretos

Perfil regional

As Drads de Araraquara, Ribeirão Preto, Franca e Barretos realizam o acompanhamento de um total de 93 municípios.

A região de Araraquara possui 26 municípios e é conhecida como importante centro industrial, com a economia fundamentada em atividades industriais e na agropecuária (neste setor, destaca-se a produção de cana-de-açúcar, laranja, leite e frango). Conta com unidades de produção de grandes indústrias e algumas empresas multinacionais, entre estas estão a Embraer, Volkswagen, Faber-Castell, Electrolux, Cutrale, Lupo, Nestlé, Alumínio Nigro, cervejaria, usinas de álcool, dentre outras.

A região é considerada também um importante pólo tecnológico, educacional e científico onde estão instaladas instituições de ensino superior como a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal de São Carlos, o Instituto Federal de São Paulo, a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", instituições de ensino superior particulares, além de centros de formação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

A região de Barretos é composta por 19 municípios e tem sua economia baseada, na sua maior parte, na produção sucroalcooleira (05 usinas) que, de um lado, promove a oferta de postos de trabalho, mas, em contrapartida, provoca o inchaço populacional, ocorrendo desequilíbrio na economia e sobrecarga na rede de serviços públicos e privados. São também atividades da região a citricultura e o comércio.

Barretos, a cidade sede da região, possui o maior hospital da América Latina especializado em oncologia – Fundação Pio XII – responsável pela movimentação socioeconômica de toda região, com a oferta de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da prestação de serviços em nível nacional. Possui, também, 02 grandes frigoríficos que empregam pessoas dos municípios do seu entorno. Com relação aos pequenos municípios, de mão de obra predominantemente agrícola, não há incentivo aos pequenos produtores e nem perspectiva de emprego e renda nos demais setores, agravado pela migração advinda, principalmente, das regiões norte e nordeste do país.

A região de Franca abrange 23 municípios e é terceira região do Estado com menor população, acima apenas das regiões de Registro e Barretos. Possui densidade demográfica de 69,0 habitantes por km², muito inferior à do Estado (aproximadamente 149 habitantes por km²)¹³.

Entre as 15 regiões administrativas do Estado, a de Franca ocupa a décima posição na dimensão riqueza. Trata-se de uma região que apresenta municípios homogêneos em termos de riqueza - basicamente baixa, mas com bons indicadores sociais ou em processo de melhora. Segundo a Fundação SEADE, na região de Franca, a distribuição de renda é menos desigual do que em outras regiões.

A agropecuária e a agroindústria regional são bastante diversificadas, destacando-se o refino de álcool e açúcar, processamento de soja, carne bovina, leite tipo C, mel, entre outros. Este setor nos últimos anos vem passando por rápido processo de mecanização provocando mudanças bruscas nas condições socioeconômicas. O

¹³ IBGE – Censo Demográfico 2000, In <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1298&z=t&o=24&i=P> (Tabela 1298); cabe ainda destacar que a previsão da Fundação Seade para 2010 indica uma taxa de 169,76 habitantes por km², In http://www.seade.gov.br/produtos/perfil_estado/



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

principal produto é a cana de açúcar, cuja participação é de 66,8% do valor total da produção da região de Franca, o que está associado à instalação e funcionamento de nove usinas sucroalcooleiras. Também são produtos importantes na agricultura local o café e o sorgo, assim como a produção de frutas e milho.

A indústria de calçados é uma especialidade da região, de modo que o município de Franca configura-se no cenário nacional como um dos maiores produtores de calçados masculinos. Cresce paralelamente à fabricação de equipamentos para calçados e a produção de calçados femininos. A produção calçadista movimenta outras importantes atividades como a produção de insumos, máquinas e equipamentos eletroeletrônicos, sendo responsável por grande parte do emprego industrial da região, contando com mais de 500 fábricas de sapatos que geram mais de 22 mil empregos diretos, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de calçados (Abicalçados), seguida pela indústria de alimentos e bebidas. São espaços sócio-ocupacionais que requisitam mão de obra especializada, portanto aparece como tendência de demanda empregatícia.

Franca destaca-se também como importante pólo diamantário do país, especializado na lapidação e comercialização de gemas de diamante, com tradição no mercado externo.

O perfil socioeconômico da região atrai elevado índice de migrantes das regiões norte e nordeste do país que, principalmente no período da safra, particularmente a cana de açúcar, acabam avolumando os atendimentos nas diversas áreas, representando ônus financeiro e inchaço dos serviços disponibilizados pelas políticas sociais.

Apresenta significativo desempenho nos indicadores de longevidade, ocupando a quinta posição no ranking estadual do IPRS, mantendo-se acima do nível estadual. Porém, o indicador escolaridade coloca a região entre as duas piores condições de educação do Estado, apesar de apontar um crescimento nos indicadores nos últimos anos, devido ao processo de municipalização do ensino fundamental. Apresenta



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

ainda diminuição do emprego formal e conseqüente redução do indicador agregado de riqueza.

A região de Ribeirão Preto compreende 25 municípios e ocupa o quinto lugar em termos de concentração da população paulista e caracteriza-se pelo seu dinamismo. Como na Região Metropolitana de São Paulo, quase 97% da população está concentrada em áreas urbanas. Trata-se de um dos maiores índices do Estado, sendo superado apenas pela Região Metropolitana da Baixada Santista. As taxas de urbanização oscilam de 68%, em Guataporã (a menor da região), até 99,6%, em Ribeirão Preto.

A economia da região apóia-se especialmente no setor agropecuário e na agroindústria sucroalcooleira. A agropecuária é bastante diversificada, sendo amendoim, café, soja, milho, laranja e cana-de-açúcar alguns dos produtos cultivados, com predomínio do último. A cana-de-açúcar representa 73% do valor total da produção agrícola da região. Em seguida, aparecem carne de frango, ovo e carne bovina, com pesos em torno de 3% cada um.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Tabela 6 – Região 2 – Ribeirão Preto e Região: características demográficas – 2010

DRADS	N.º de habitantes	N.º de habitantes em IPVS 4, 5 e 6 (Estimativa)	Porte	N.º de Municípios
Araraquara	976.993	483.891	Pequeno I	15
			Pequeno II	5
			Médio	4
			Grande	2
			Metrópole	0
Ribeirão Preto	1.225.286	579.420	Pequeno I	11
			Pequeno II	11
			Médio	1
			Grande	2
			Metrópole	0
Franca	734.707	425.850	Pequeno I	14
			Pequeno II	7
			Médio	1
			Grande	1
			Metrópole	0
Barretos	425.054	291.064	Pequeno I	14
			Pequeno II	3
			Médio	1
			Grande	1
			Metrópole	0

Fontes: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).

A região é composta por 93 municípios sendo 55 municípios de Pequeno Porte I (59,13%), 24 de Pequeno Porte II (25,80%), 8 de Médio Porte (8,6%) e 6 de Grande Porte (6,45%).

Constitui-se de 3.364.970 habitantes, sendo que, destes, 1.768.641 (52,41%) encontram-se em situação de vulnerabilidade social de acordo com o IPVS, classificados nos níveis 4, 5 e 6.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Diante desta realidade identificada, é possível dimensionar as demandas desses municípios. Verifica-se que há necessidade de potencializar as ações existentes, bem como criar novas estratégias de enfrentamento destas vulnerabilidades.

Quanto à concentração da população em situação de vulnerabilidade nos municípios de Pequeno Porte I, pelos estudos e análises realizadas pelas Drads, foi possível concluir que se trata de municípios que possuem uma deficiência na oferta de serviços na área da assistência social pela ausência de estrutura física e equipe técnica.

Outro dado importante é a presença dos eventos relativos às situações de risco e vulnerabilidade referente ao fluxo migratório existente nesta região. Tal cenário é reflexo do processo econômico traduzido pela presença da produção sucroalcooleira, a qual se destaca como principal atrativo de mão de obra oriunda de outras regiões e estados.

Portanto, são indicadores que traduzem uma realidade marcada pela existência de desigualdades sociais e má distribuição de renda, o que deve ser objeto de estudos buscando formas alternativas por meio de investimentos e ações que visem o enfrentamento das problemáticas instaladas, com propostas que busquem atuar na prevenção, no não agravamento e na superação das situações de risco e vulnerabilidade.

Gestão municipal da assistência social

No que se refere aos dados levantados sobre os níveis de gestão dos municípios dessa divisão regional identifica-se que, dentre os 93 municípios, há um município em gestão estadual (1,08%), 31 na Gestão Inicial (33,33%), 48 em Gestão Básica (51,61%) e 13 em Gestão Plena (13,98%).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Tabela 7 – Região 2 – Ribeirão Preto e Região: gestão municipal – 2010

DRADS	Índice SUAS	Nível de Gestão	Nº de Municípios
Araraquara	0,76	Inicial	13
		Básica	11
		Plena	2
		Não habilitado	0
Ribeirão Preto	0,77	Inicial	8
		Básica	11
		Plena	5
		Não habilitado	1
Franca	0,80	Inicial	6
		Básica	14
		Plena	3
		Não habilitado	0
Barretos	0,84	Inicial	4
		Básica	12
		Plena	3
		Não habilitado	0

Fontes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)/Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

A maior parte dos municípios da região (71,07%) já possui CRAS, sendo este um dado significativo de adesão ao SUAS. Por outro lado, houve uma manifestação das equipes das Drads, realizada por meio das análises das supervisões técnicas, que identifica que os demais 29,03% (correspondendo a 27 municípios) possuem grandes dificuldades para implementação de CRAS. Tal informação também leva a considerar a necessidade de estratégias de apoio a estes municípios visando potencializá-los de forma que alcancem as metas previstas para 2013, considerando ainda a proposta da nova NOB-SUAS 2010 que propõe o aprimoramento da gestão do SUAS e a qualificação dos serviços socioassistenciais.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Em relação à implementação dos Creas, a região possui 23 municípios (24,73%) com Creas instalado, sendo que houve uma considerável expansão em 2010, especialmente na Região de Ribeirão Preto (de 4 passou para 8) e de Franca (possuía 3 e implantaram mais 3), representando avanços no que tange a cobertura da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Por outro lado, os demais 70 municípios (correspondendo a 75,26%), embora apresentem demandas, não implantaram Creas devido a não possuírem condições, tais como: estrutura física, recursos financeiros, equipe técnica, entre outros. Neste ponto, é importante ressaltar que a grande dificuldade com relação aos CRAS e Creas implementados é referente à adequação da estrutura física e das equipes técnicas conforme preconizado na NOB-RH/SUAS.

Ainda em relação aos dados de gestão, verifica-se que há uma variação entre 0,63 e 0,92 no que se referem ao índice SUAS e que a região apresenta uma média positiva referente à gestão do SUAS, demonstrando assim que a maior parte dos municípios está em níveis quase adequados à capacidade de investimento. No entanto, de acordo com a análise das equipes das Drads, tal evidência não isenta os municípios de assumirem a responsabilidade de aprimoramento da gestão, da qualificação dos serviços e do apoio técnico e financeiro das esferas estaduais e federal.

1.2.3 REGIÃO 3 – REGIÃO CENTRO OESTE PAULISTA

Drads de Bauru, Botucatu e Marília

Perfil regional

A região Centro Oeste Paulista é composta por 90 municípios. Vem apresentando importantes alterações em sua estrutura etária, expressas por menor proporção de crianças ou mesmo redução nos números absolutos, maior população em idade ativa e participação crescente de idosos. A pirâmide etária da região apresenta-se mais envelhecida se comparada à do Estado, com uma base mais estreita, indicativa de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

uma proporção de jovens relativamente menor, e o topo ligeiramente mais largo, resultante da maior participação de idosos.

Um dos grandes desafios regionais refere-se ao tráfico de drogas, exploração sexual infanto-juvenil, atendimento especializado público para os dependentes químicos e o alto índice de população em situação de rua. Outra característica regional refere-se a unidades prisionais presentes em sete municípios, totalizando 18 unidades prisionais, além de 5 unidades de internação para adolescentes da Fundação CASA.

Ressalta-se a presença de 6 aldeias indígenas nesta região num total de 761 habitantes pertencentes aos Povos Atikun, Fulni-ô, Kaingang, Kaio'wa, Krenak, Panaruru, Terena e Guarani, nos municípios de Arco-Íris e Avaí. Há ainda que se destacar a presença de assentamentos rurais perfazendo um total de 8 municípios.

Tabela 8 – Região 3 – Centro Oeste Paulista: características demográficas – 2010

DRADS	N.º de habitantes (2010)	N.º de habitantes em IPVS 4, 5 e 6 (Estimativa - 2010)	Porte	N.º de Municípios
Bauru	1.096.961	598.692	Pequeno I	27
			Pequeno II	8
			Médio	2
			Grande	2
			Metrópole	0
Botucatu	286.835	161.709	Pequeno I	10
			Pequeno II	2
			Médio	0
			Grande	1
			Metrópole	0
Marília	749.304	450.492	Pequeno I	30
			Pequeno II	5
			Médio	2
			Grande	1
			Metrópole	0

Fontes: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

A região é composta por 67 municípios de Pequeno Porte I, 15 de Pequeno Porte II, 4 de Médio Porte e 4 de Grande Porte, perfazendo um total de 90 municípios.

A predominância regional é de municípios de Pequeno Porte I, com economia voltada para o perfil agroindustrial, gerando nos períodos de entressafra um alto índice de desemprego, devido à baixa qualificação profissional e falta de escolaridade.

Os municípios de Pequeno Porte II, Médio e Grande Porte além da agricultura, a economia nos últimos anos foi impulsionada pela instalação de indústrias, gerando um dos grandes desafios colocados atualmente para a Política Pública no Brasil que é conciliar crescimento econômico com a distribuição de renda.

De acordo com os Planos Municipais de Assistência Social - PMAS, os municípios desta região foram elencados como os de maior vulnerabilidade, falta ou baixa qualificação profissional, desemprego, alcoolismo, drogadição, seguido de fragilidade dos vínculos familiares, evasão escolar e baixa escolaridade, subemprego, falta de serviços para pessoas com deficiência, baixa renda, gravidez precoce, negligência e abandono de idosos além da entressafra em razão do alto número de municípios agrícolas da região. Foram ainda elencadas outras vulnerabilidades, porém, em menor número em razão das peculiaridades municipais, tais como: trabalho e exploração sexual infanto-juvenil, analfabetismo, negligência e abandono de crianças, violência doméstica, atos infracionais, tráfico de drogas, assentamentos rurais e pessoas em situação de rua.

Analisando os dados da tabela, percebe-se que na região há 31 municípios com a totalidade da população no IPVS 4, 5 e 6, sendo todos de Pequeno Porte I.

Gestão municipal da assistência social

Dos 90 municípios da região, 28 estão em Gestão Inicial (32%), 50 em Básica (56%), 11 em Gestão Plena (12%) e um município não habilitado. Dentre estes, verifica-se a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

ocorrência de 65 municípios com CRAS e 06 municípios com Creas em funcionamento.

Tabela 9 – Região 3 – Centro Oeste Paulista: gestão municipal –2010

DRADS	Índice SUAS	Nível de Gestão	N.º de Municípios
Bauru	0,78	Inicial	4
		Básica	28
		Plena	6
		Não habilitado	0
Botucatu	0,77	Inicial	5
		Básica	7
		Plena	1
		Não habilitado	0
Marília	0,77	Inicial	19
		Básica	15
		Plena	4
		Não habilitado	0

Fontes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)/Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

Considerando-se o Índice SUAS, a Drads de Bauru apresenta pontuação média de 0,78 e as Drads de Botucatu e de Marília, 0,77, de modo que a região como um todo atingiu um índice médio de 0,77. Entretanto, é importante salientar que enquanto um município como Pirajuí atingiu índice de 0,91, por outro lado foi também verificada a existência de municípios situados no espectro oposto e apresentando as maiores debilidades em termos de demanda e possibilidade de atendimento, como o município de Borá, com índice de 0,57.

Segundo levantamento das Drads, o grande desafio visualizado na região é a incorporação do trabalho social pela equipe técnica dentro do que estabelecem as



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

normativas legais da Assistência Social, bem como a mudança cultural da população no entendimento do papel social dos CRAS e dos Creas.

1.2.4 REGIÃO 4 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Drads São José do Rio Preto e Fernandópolis

Perfil regional

Esta região está localizada a noroeste do Estado e abrange um total de 96 municípios. A região de Fernandópolis tem 49 municípios e a de São José do Rio Preto tem 47 municípios.

Tabela 10 – Região 4 – São José do Rio Preto: características demográficas – 2010

DRADS	N.º de habitantes	N.º de habitantes em IPVS 4, 5 e 6 (Estimativa)	Porte	N.º de Municípios
São José do Rio Preto	1.025.530	562.155	Pequeno I	40
			Pequeno II	4
			Médio	1
			Grande	2
			Metrópole	0
Fernandópolis	426.231	317.041	Pequeno I	45
			Pequeno II	2
			Médio	2
			Grande	0
			Metrópole	0

Fontes: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).

A região agregada apresenta 60% de pessoas classificadas no IPVS 4, 5 e 6, ou seja, os municípios possuem pessoas em alta e altíssima vulnerabilidade. A partir da análise da tabela, é possível apreender que a região agregada compõe-se,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

prioritariamente, por municípios de pequeno porte I, o que representa 85% dos municípios da região de Rio Preto e 92% de Fernandópolis.

Merece destaque a existência de um grande número de municípios de pequeno porte I com população inferior a 8.000 (oito mil) habitantes. Tal fato pode ser explicado em decorrência de muitos deles terem sido emancipados politicamente antes da Emenda Constitucional 15 de 1996 que freou o surgimento de novos municípios e colocou limites nas emancipações no Brasil. Tais municípios foram emancipados em decorrência de interesses políticos sem quaisquer estudos de viabilidade econômica. Dados do IBGE mostram que no período 1990/1997 houve um aumento de 22,27% de municípios no Brasil, passando de 4490 municípios no ano de 1990, para 5507 municípios em 1997.

Em decorrência disso, os municípios de Pequeno Porte I da região agregada possuem, em sua maioria, dificuldades financeiras de toda ordem, e são dependentes de municípios de porte médio e grande, o que leva muito deles a serem verdadeiras cidades dormitório, pois uma parcela significativa de seus moradores trabalha nas cidades maiores, bem como muitos são diaristas na região rural, nas lavouras de cana de açúcar e laranja.

Os pequenos municípios possuem sua economia voltada para agropecuária (destaque para a produção de frutas e cana de açúcar), comércio (formado por pequenas lojas de base familiar) e funcionalismo público.

A região de Rio Preto difere da de Fernandópolis por possuir dois municípios de grande porte e, tanto nestes municípios quanto no seu entorno existem Universidades, grandes indústrias, empresas de alta tecnologia e setor de serviços bem desenvolvido. Este dado é de grande relevância e comprovado pelo IPVS, pois, os municípios limítrofes aos municípios de grande porte tendem a ter população com maior índice de escolaridade para atender às demandas empresariais, portanto, possuem fontes regulares e seguras de rendimentos contrastando com os demais municípios que ao manter a economia voltada ao setor primário há pouco incentivo aos estudos e qualificação profissional.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Diante disto, há um contingente populacional com maiores riscos de desemprego e inserção precária no mercado de trabalho que, além da irregularidade de rendimentos, exclui trabalhadores de benefícios disponíveis àqueles que estão inseridos de forma regular no mercado de trabalho.

Vale ressaltar que a região de Fernandópolis, mesmo não possuindo municípios de grande porte, os municípios de pequeno porte II e médio porte são referências para os municípios de pequeno porte I, desde serviços de âmbito comercial, como lazer, cultura e educação. Vale destacar que, os municípios de Fernandópolis, Jales, Santa Fé do Sul e Votuporanga são os que impulsionam o desenvolvimento regional.

Gestão municipal da assistência social

De acordo com informações das Drads, a região agregada tem assumido o compromisso político de implementação do SUAS, sendo o ano de 2010 importante marco devido a uma combinação efetiva: disponibilização de recursos financeiros pela expansão do Piso Básico de Transição, a pactuação com o gestor municipal para a implementação dos CRAS ou adequação da estrutura física e de RH e a assessoria e suporte técnico do governo estadual, por meio das Drads, aos gestores e técnicos municipais da assistência social quanto à execução dos serviços cofinanciados e descritos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Assim, mais de 95% dos municípios da região agregada contará com, no mínimo, um CRAS na sua estrutura organizacional para atender a população.

Os dados também apontam para a necessidade premente de investimentos públicos na implementação de Creas. Pelo baixo número de equipamentos implantados, depreende-se que uma grande parte da população que é vítima de violência está com os vínculos familiares e comunitários fragilizados.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Tabela 11 – Região 4 – São José do Rio Preto: gestão municipal – 2010

DRADS	Índice SUAS	Nível de Gestão	N.º de Municípios
São José do Rio Preto	0,79	Inicial	6
		Básica	34
		Plena	7
		Não habilitado	0
Fernandópolis	0,80	Inicial	8
		Básica	38
		Plena	3
		Não habilitado	0

Fontes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)/Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

Considerando-se o Índice SUAS, a Drads de São José do Rio Preto apresenta pontuação média de 0,79 e a Drads Fernandópolis de 0,80, sendo que a menor pontuação (0,74) é verificada nos municípios de Santa Clara D'Oeste e Novais, e a maior pontuação (0,93) verificada nos municípios de Américo de Campos, Macauba, Pontes Gestal e Orindiúva, denotando uma região razoavelmente bem situada no referido índice, mas que ainda apresenta municípios, como os primeiros citados, com demanda potencial para incremento de possibilidade de atendimento.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

1.2.5 REGIÃO 5 – OESTE PAULISTA

Drads Alta Paulista, Alta Noroeste e Alta Sorocabana

Perfil regional

As características da região são identificadas a partir dos dados apresentados na tabela a seguir:

Tabela 12 – Região 5 – Oeste Paulista: características demográficas – 2010

DRADS	N.º de habitantes (2010)	N.º de habitantes em IPVS 4, 5 e 6 (Estimativa)	Porte	N.º de Municípios
Alta Noroeste	732.552	473.909	Pequeno I	34
			Pequeno II	5
			Médio	2
			Grande	2
			Metrópole	0
Alta Paulista	254.060	199.922	Pequeno I	19
			Pequeno II	3
			Médio	0
			Grande	0
			Metrópole	0
Alta Sorocabana	593.350	384.411	Pequeno I	22
			Pequeno II	9
			Médio	0
			Grande	1
			Metrópole	0

Fontes: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).

Tomando como referência a Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004 para a análise situacional, buscou-se agrupar os municípios por porte para compreensão das características desse universo. Assim sendo, dos 97 municípios que compõem a região agregada, 75 são de Pequeno Porte I, 17 são de Pequeno Porte II, dois são de Médio Porte e três são de Grande Porte.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

A população total dessa região é de 1.578.685 habitantes, sendo o município menos populoso o de Nova Castilho – Alta Noroeste com 1.070 habitantes, e o mais populoso Presidente Prudente – Alta Sorocabana com 209.379 habitantes.

Segundo o IPVS, a população desta região, em situação de vulnerabilidade corresponde a 69,17% do total de habitantes, ou seja, é uma região que necessita de muito investimento na área da Política de Assistência Social, onde os municípios apresentam muitas diversidades e desafios na implementação do SUAS.

Em decorrência dos diversos fatores econômicos presentes na região, vários conflitos e demandas sociais surgem à tona, instalando-se de forma gradativa e materializando-se nos mais variados indicadores.

Vale destacar a existência das grandes propriedades rurais voltadas à monocultura – Cana de açúcar; há o predomínio de Usinas, que têm o papel de escoar a produção sucroalcooleira, e de acordo com a dinâmica do mercado, trazer o desenvolvimento e fortalecer o potencial econômico. Porém, como contrapartida social, o contingente de problemas advindos de todo o arcabouço econômico-social, reflete nos seguintes problemas: precarização das condições de trabalho e crescente pobreza, legitimados pelas entressafras; alto índice de migração, gerado pela oferta crescente de emprego sazonal, haja vista que a mão de obra para este tipo de trabalho não exige qualificação; o desemprego, entre outros.

Cabe ressaltar, também, que o número significativo de penitenciárias favorece o aparecimento de demandas sociais relativas também à migração das famílias dos detentos, contribuindo para o aumento do desequilíbrio social local, bem como, o crescimento de problemas relativos ao alcoolismo, uso de drogas, violência doméstica, prostituição infantil e abuso sexual.

Essa totalidade de demandas sociais, acima referenciadas, legitima a necessidade de intervenção da Assistência Social no campo das políticas públicas e também a importância da efetivação da Rede Social, como fortalecimento da intersetorialidade.

Gestão municipal da assistência social



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Considerando o PNAS de 2004 e a NOB/SUAS de 2005, quanto à evolução dos níveis de gestão, dentre os 97 municípios que compõem a região, apenas três encontram-se habilitados em Gestão Plena, correspondendo a 3,10%, 31 municípios estão em Gestão Básica, equivalendo a 31,95%, e 63 estão em Gestão Inicial, correspondendo aos 64,95% restantes.

São raros os municípios que dispõem de um órgão gestor com estrutura física, equipamentos e recursos humanos de acordo com o que preconiza a NOB/SUAS e NOB/RH. A maioria dos Órgãos Gestores não possui um sistema de monitoramento e avaliação, talvez pela inexistência de padrões de atendimento e de indicadores sociais relativas às ações e provisões em execução, o que dificulta a verificação de impactos da política de assistência social, em âmbitos municipais e regionais.

Com relação à implementação de CRAS, atualmente 42 municípios dispõem deste equipamento, sendo que os municípios de Araçatuba e Presidente Prudente dispõem de quatro CRAS cada um. E no quesito Creas, 11 municípios dispõem deste equipamento, com destaque para Presidente Prudente, que dispõe de três Creas no município.

As Drads da região monitoram e supervisionam 260 serviços da Proteção Social Básica e 115 serviços da Proteção Social Especial cofinanciados pela Seads, que atendem uma meta total de 26.041 usuários. Este número representa apenas 1,65% da população macro-regional.

Se levarmos em conta que segundo o IPVS, a população dessa divisão regional em situação de vulnerabilidade corresponde a 69,17% do total de habitantes, e tendo em vista o número total de atendimentos na Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, conforme supracitado, os atendimentos prestados são insuficientes para viabilizar sua efetividade.

No quesito monitoramento e avaliação, por parte dos municípios há ausência de processo de organização de coleta de informações sobre as ações e resultados,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

além de sistema de avaliação de impacto para implementação da política de Assistência Social.

A expectativa é que a implementação dos CRAS descentralize os serviços dos órgãos gestores, que acabam tendo que absorver toda a demanda da assistência social do município, e que por vezes deixam de executar o que de fato é de sua competência.

Tabela 13 – Região 5 – Oeste Paulista: gestão municipal – 2010

DRADS	Índice SUAS	Nível de Gestão	N.º de Municípios
Alta Noroeste	0,57	Inicial	28
		Básica	14
		Plena	1
		Não habilitado	0
Alta Paulista	0,52	Inicial	16
		Básica	4
		Plena	2
		Não habilitado	0
Alta Sorocabana	0,78	Inicial	21
		Básica	11
		Plena	0
		Não habilitado	0

Fontes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)/Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

Considerando-se o Índice SUAS, a Alta Noroeste apresenta pontuação média de 0,57, a Alta Paulista de 0,52 e a Alta Sorocabana de 0,78, de modo que a região como um todo atingiu um índice médio de 0,62. É importante salientar que enquanto municípios como os de Álvares Machado e Santo Expedito atingiram, respectivamente, as pontuações de 0,92 e 0,89, por outro lado existem municípios situados no espectro oposto e apresentando maiores debilidades em termos de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

demanda e possibilidade de atendimento, como os de Junqueirópolis, Castilho, Panorama e Flórida Paulista que atingiram, respectivamente, as pontuações de 0,45, 0,44, 0,44 e 0,43.

1.2.6 REGIÃO 6 – SOROCABA E SUDESTE DO ESTADO

Drads de Sorocaba, Avaré e Itapeva

Perfil regional

As informações referentes à região agregada estão descritas na tabela a seguir:

Tabela 14 – Região 6 – Sorocaba e Sudeste do Estado: características demográficas – 2010

DRADS	N.º de habitantes	N.º de habitantes em IPVS 4, 5 e 6 (Estimativa)	Porte	N.º de Municípios
Avaré	512.994	349.946	Pequeno I	23
			Pequeno II	4
			Médio	1
			Grande	1
			Metrópole	0
Itapeva	351.905	283.209	Pequeno I	12
			Pequeno II	4
			Médio	2
			Grande	0
			Metrópole	0
Sorocaba	1.964.303	997.824	Pequeno I	11
			Pequeno II	10
			Médio	4
			Grande	6
			Metrópole	0

Fontes: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Por meio de análise das características demográficas da região de Avaré, constata-se a predominância de municípios de Pequeno Porte I, uma vez que a região apresenta apenas 01 município de Porte Médio, 01 município de Grande Porte, 04 municípios de Pequeno Porte II e 23 municípios de Pequeno Porte I. Destes, 18 municípios apresentam população abaixo de 10.000 habitantes, sendo oito abaixo de 5.000 habitantes.

Dos 29 municípios, 21 possuem mais de 75% da população com IPVS 4, 5 ou 6 (Vulnerabilidade Média, Alta ou Muito Alta), o que reflete os baixos níveis de renda e escolaridade. Considera-se, que a região Avaré apresenta um dos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH mais baixos do Estado, o que está em conformidade com a situação de pobreza e vulnerabilidade que assola grande parte da população nela residente, inclusive em função da economia majoritariamente agrária e pouco diversificada que predomina na maior parte dos municípios.

A região de Itapeva conta com 13 municípios de Pequeno Porte I, sendo que cinco deles possuem menos de cinco mil habitantes, cinco estão entre cinco e 10 mil; três de 10 a 20 mil; três municípios são de Pequeno Porte II e dois municípios são de Médio Porte.

As características da região de Sorocaba são identificadas por meio dos 31 municípios que a compõe: a população é de 1.964.303 pessoas e o número de habitantes em IPVS 4, 5 e 6 (Estimativa) é de 997.824, correspondendo a um total de 50,8% da população.

Dentre os municípios que compõe a região de Sorocaba, 11 são de pequeno porte I (35%), 10 de pequeno porte II (32%), quatro de médio porte (13%) e seis de grande porte (20%).

Sorocaba é a cidade mais populosa da região: com 609.449 habitantes, é o 8º município paulista mais populoso, o 4º mercado consumidor do Estado fora da Região Metropolitana de São Paulo e a 29ª cidade brasileira com maior potencial de consumo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

A segunda cidade mais populosa é Itu, com 161.103 habitantes e a menor cidade em números de habitantes é Jumirim com 2.492. Segundo a Fundação SEADE, não há habitantes em IPVS 4, 5 e 6 neste município.

A região metropolitana de Sorocaba foi proposta por meio de projeto de lei e composta por 16 municípios. Juntos apresentam um total populacional de 1.472.086, destes, 723.056 estão em situação de vulnerabilidade 4, 5 e 6.

A proximidade das Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Campinas e as excelentes vias de transporte que unem a Região Administrativa de Sorocaba a outras regiões inibiam o surgimento dos segmentos mais complexos do setor de serviços nesta região. Com o desenvolvimento regional recente, Sorocaba acabou desenvolvendo o setor terciário, e aumentando o grau de polarização que exerce sobre os demais municípios da região.

Nos serviços, o segmento que se destaca é o de atividades imobiliárias, que recebeu 4,6% de investimentos anunciados no período, para a implementação de um condomínio residencial em Votorantim.

A região agregada totaliza 78 municípios, sendo 47 municípios de Pequeno Porte I, 17 de Pequeno Porte II, sete de Médio Porte e sete municípios de Grande Porte, o que corresponde a uma população de 2.829.202 habitantes. É importante destacar que dentre os municípios de Grande Porte, seis encontram-se na região de Sorocaba.

Em relação ao Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, 68,20% dos habitantes da região de Avaré encontra-se com IPVS 4,5 ou 6 (Vulnerabilidade Média, Alta ou Muito Alta), o que reflete os baixos níveis de renda e escolaridade, sendo que 80,47% dos habitantes da região de Itapeva encontram-se nas mesmas condições. Vale a consideração, neste ponto, de que as regiões de Avaré e de Itapeva apresentam alguns dos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH mais baixos do Estado, concordando com grande parte da população que se encontra em situação de pobreza e vulnerabilidade, e com a economia agrária com pouca diversificação em vários municípios da região.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Neste ponto, a região de Sorocaba apresenta um diferencial, uma vez que 50,80% dos habitantes encontram-se em tais condições de vulnerabilidade - IPVS 4, 5 ou 6. Tal fato pode estar relacionado ao desenvolvimento regional recente, uma vez que Sorocaba vem desenvolvendo seu setor terciário e aumentando o grau de polarização que exerce sobre os demais municípios da região.

Gestão municipal da assistência social

A região de Avaré possui dois municípios em Gestão Estadual que até o momento, apesar de acompanhados, não apresentam condições de habilitação ao nível de Gestão Inicial do SUAS.

Dos nove municípios em Gestão Inicial, três estão em fase de organização e adequação para pleitear a Gestão Básica, o que pressupõe a instalação de CRAS. No entanto, nenhum dos 16 municípios que se encontram em Gestão Básica reúne critérios para pleitear a Gestão Plena.

Do total de municípios, dois encontram-se em Gestão Plena. Vale destacar que o município de Taquarituba, embora se encontre em Gestão Plena, apresenta dificuldades em gerir a Proteção Social Especial, dada a recusa à adesão ao PFMC (Piso Fixo de Média Complexidade) para execução do PAEFI - Programa de Atenção Especial a Famílias e Indivíduos na Expansão 2010. O município não apresenta infra-estrutura para implementação de Creas devido ao alto custo do equipamento para o mesmo (recursos físicos e humanos). O município em questão considera que as exigências de equipe para municípios que se encontram em Gestão Plena não consideram o porte do município (no caso, pequeno porte II), o que foi levantado no diagnóstico regional realizado pela Drads.

A média do Índice SUAS revela significativo investimento federal na Política de Assistência Social na região, sendo que apenas quatro municípios não apresentam nenhum tipo de cofinanciamento federal até o momento: Barão de Antonina, Iaras, Manduri e Sarutaiá. Destes, Iaras e Sarutaiá fizeram adesão à Expansão 2010 e pleiteiam a Gestão Básica.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

No caso da região de Itapeva, 13 municípios estão em Gestão Básica e cinco na inicial. Por incentivo da recente expansão do MDS, até a presente data há a perspectiva de alcançar 17 municípios em Gestão Básica até o final deste ano.

Com a referida expansão, além de um Creas já implantado, há a perspectiva de mais três Creas e mais cinco CRAS completados em 2010.

Dos 18 municípios desta região, 13 recebem cofinanciamento do Governo Federal para executar serviços de Proteção Social Básica e/ou Proteção Social Especial. Entre os cinco municípios que não o recebem, quatro deles têm previsão para instalação de CRAS e, portanto, perspectivas para recebimento do Piso Básico Fixo.

A região de Sorocaba possui 18 municípios em nível de Gestão Básica, nove em Gestão Inicial e quatro em Gestão Plena. Dos nove municípios em Gestão Inicial, sete estão em fase de organização e adequação para pleitear a Gestão Básica, o que pressupõe a instalação de CRAS. Destaca-se que o município de Porto Feliz aderiu à expansão 2010 estando em vias de implementação de Creas. Em relação ao índice SUAS os municípios não apresentam grande disparidade entre si.

Na região agregada, os dados apontados na tabela 15, a seguir, demonstram que dos 78 municípios da região, seis municípios encontram-se em Gestão Plena, 47 em Gestão Básica, 23 em Gestão Inicial e 02 em gestão estadual.

A média do Índice SUAS revela significativo investimento federal na política de assistência social na região - ressaltando-se, porém, que dentre as três Drads que compõem este grupo, a de Itapeva apresenta a menor média: 0,46 - com a previsão de maior investimento com o Aceite aos Serviços Socioassistenciais por meio da Expansão Qualificada 2010, o que pressupõe, inclusive, a instalação de novos CRAS e Creas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Tabela 15 – Região 6 – Sorocaba e Sudeste do Estado: gestão municipal – 2010

DRADS	Índice SUAS	Nível de Gestão	N.º de Municípios
Avaré	0,75	Inicial	9
		Básica	16
		Plena	2
		Não habilitado	2
Itapeva	0,46	Inicial	5
		Básica	13
		Plena	0
		Não habilitado	0
Sorocaba	0,76	Inicial	9
		Básica	18
		Plena	4
		Não habilitado	0

Fontes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)/Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

1.2.7 REGIÃO 7 – VALE DO RIBEIRA

Drads do Vale do Ribeira

Perfil regional

A região do Vale do Ribeira é apresentada nas informações demonstradas na tabela a seguir:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Tabela 16 – Região 7 – Vale do Ribeira: características demográficas – 2010

DRADS	N.º de habitantes (2010)	N.º de habitantes em IPVS 4, 5 e 6 (Estimativa)	Porte	N.º de Municípios
Vale do Ribeira	287.002	205.272	Pequeno I	9
			Pequeno II	4
			Médio	1
			Grande	0
			Metrópole	0

Fontes: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).

A população da região do Vale possui 71,61% de seus habitantes em IPVS 4, 5 ou 6 (vulnerabilidade média, alta ou muito alta).

Entre os municípios de pequeno porte I, destacam-se Pariquera-Açu e Ilha Comprida que apresentam melhores indicadores sociais segundo o IPVS da região. Isto se deve ao fato de que o município de Pariquera-Açu conta com um setor de serviços desenvolvido para a região. O Hospital Regional, localizado no município de Pariquera-Açu demanda a existência de laboratórios, clínicas especializadas, empresas prestadoras de serviços, além de atrair para o município, profissionais qualificados da área de saúde alavancando o índice de escolaridade e renda do IPVS. Quanto ao município de Ilha Comprida, o setor de serviços também é responsável pela melhora dos indicadores do município, pois, trata-se de estância balneária que atrai turista e movimenta a economia do município. Os dois municípios possuem as maiores rendas médias da região, as menores taxas de analfabetismo e os maiores números de anos de estudo.

O município de Barra do Turvo destaca-se como o mais vulnerável, com alta taxa de analfabetismo, menor renda e menores números de anos de estudo. Trata-se de um município com extensa área territorial, que se localiza na divisa entre os estados de São Paulo e Paraná, distante de centros urbanos, com ausência de serviços essenciais, com economia pouco dinâmica e baseada na agricultura de subsistência.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Os outros sete municípios de pequeno porte I apresentam similaridades nos indicadores sociais, porém, estes representam 76,44% da população em IPVS 4, 5 e 6. Estão acima do percentual da região que é de 71,61%, contudo, os sete municípios destacam-se por grande parcela da população de Itariri e Eldorado que se encontra em IPVS 5 e 6, alta e muito alta vulnerabilidade.

Sobre os três municípios de Pequeno Porte II: Miracatu, Cajati e Iguape, o último apresenta 12,01% de analfabetos e os demais em torno 17,5%. Em Iguape a idade média dos chefes de domicílios é de 48 anos, nos demais, a média é de 44,5 anos. Em relação ao número de chefes de famílias com menos de 30 anos, Iguape apresenta 13,01%, e os demais apresentam 18,75% do total. A parcela de crianças com menos de cinco anos em Iguape equivale a 9,6% do total, enquanto que nos demais municípios equivale a 11,5% em cada um.

Iguape apresenta indicadores melhores, possivelmente em função do turismo religioso bastante significativo e também pelo apelo de ser uma cidade litorânea. Já o município de Cajati, embora seja o único município do Vale do Ribeira que conta com um parque industrial importante, tal não se reflete na melhora dos indicadores sociais da população, fato este comprovado nas ações de monitoramento.

O único município de médio porte da região é Registro que possui uma parcela da população em IPVS 4, 5 e 6 de 60%, ou seja, abaixo do percentual regional de 71,61%. Excetuando o município de Ilha Comprida, Registro possui a maior parcela da população em muito baixa vulnerabilidade da região, 17,2%. Esta condição é devida à presença de uma diversificada rede de serviços, representada pelo setor de comércio, que garante aos seus habitantes a maior renda per capita da região: R\$ 689,00.

O município de Registro possui o status de capital do Vale do Ribeira, tem o maior centro comercial da região e também as sedes dos serviços públicos regionalizados.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Gestão municipal da assistência social

Analisando a gestão municipal da assistência social do Vale do Ribeira, verifica-se que dos 14 Municípios que compõem a região, 13 deles encontram-se em Gestão Básica e possuem 16 CRAS. A região conta ainda com 10 municípios onde os CRAS contam com recursos humanos conforme a NOB/RH. Nos demais municípios, os CRAS estão de acordo com a meta estabelecida na Resolução CIT n. 05, de 03 de maio de 2010.

Destaca-se que o CRAS de Eldorado foi considerado pelo IDCRAS como mais do que suficiente, demonstrando que os municípios do Vale do Ribeira possuem capacidade de Gestão da Proteção Social Básica, confirmado no Índice SUAS, cuja média é de 0,76. Somente o município de Miracatu encontra-se em Gestão Inicial, mas já inaugurou um CRAS, ainda não contabilizado na tabela 17 porque a prefeitura municipal está preparando seu pedido à CIB de alteração de gestão.

Tabela 17 – Região 4 – Vale do Ribeira: gestão municipal – 2010

DRADS	Índice SUAS	Nível de Gestão	N.º de Municípios
Vale do Ribeira	0,76	Inicial	1
		Básica	13
		Plena	0
		Não habilitado	0

Fontes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)/Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

1.2.8 REGIÃO 8 – BAIXADA SANTISTA

Drads da Baixada Santista

Perfil regional

As informações da Baixada Santista tem como base, os dados da região metropolitana da Baixada Santista que é formada pelos municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Peruíbe, Praia Grande, Mongaguá, Santos e São Vicente, abrange uma área de 2 373 km², o que representa menos de 1% do território paulista.

É a terceira maior região do estado em termos demográficos, com uma população de cerca de 1,6 milhões de moradores fixos, segundo dados de 2007 (IBGE). Nos períodos de férias, acolhe igual número de pessoas que se instalam na quase totalidade em seus municípios.

A região caracteriza-se pela grande diversidade de funções presentes nos municípios que a compõem. Além de contar com o parque industrial de Cubatão e o Complexo Portuário de Santos, ela desempenha outras funções de destaque em nível estadual, como as atividades industrial e de turismo, e outras de abrangência regional, como as relativas aos comércios atacadista e varejista, ao atendimento à saúde, educação, transporte e sistema financeiro. Têm presença marcante ainda na região as atividades de suporte ao comércio de exportação, originadas pela proximidade do complexo portuário.

Com aproximadamente 13 km de cais, quase 500 mil m² de armazéns, o Porto de Santos, maior e mais importante complexo portuário da América do Sul, movimenta anualmente 76 milhões de toneladas, entre carga geral, líquidos e sólidos a granel e mais de 40% do movimento nacional de contêineres, ou seja, de cada cinco contêineres embarcados ou desembarcados na costa brasileira, dois passam pelo porto de Santos. Para o estado de São Paulo, a presença do porto representa enorme avanço econômico, permitindo o direcionamento de grande parcela de suas atividades industriais e agrícolas para o suprimento de mercados internacionais.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

As atividades industriais, localizadas predominantemente em Cubatão, importante pólo siderúrgico em escala regional, assim como as portuárias em Santos e as ligadas ao comércio, serviços e atividades de turismo e veraneio têm reflexos diretos na economia da região e respondem pela geração de um Produto Interno Bruto de R\$ 28,8 bilhões (IBGE, 2005), o que representa 3,2% do PIB do estado de São Paulo. Recentemente a exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Santos (Pré-Sal).

O turismo também tem grande participação no PIB da região, quesito que inclui todas as cidades da região, tendo destaque para vários atrativos naturais e culturais.

Outro empreendimento que trará a população da Baixada Santista é a construção da Ponte Santos-Guarujá, complexo de 4,6 km com 1 km de ponte estaiada, que irá beneficiar não só os 24 mil veículos que passam diariamente pela balsa, mas também cerca de um milhão de pessoas que vivem em Santos, São Vicente e Guarujá.

O crescimento urbano exacerbado em Santos, Cubatão e Guarujá, aliado a outras atividades geradoras de emprego nos setores de comércio e serviços, provocou um movimento altamente pendular em direção a outros municípios, com melhores condições de habitabilidade e espaço disponível.

Os municípios de São Vicente e Praia Grande e o distrito de Vicente de Carvalho, no Guarujá, adquiriram características de cidades-dormitório, apresentando intensa conurbação entre si, só prejudicada pela presença de restrições de ordem física que os impedem de apresentar uma mancha urbana contínua. Apesar da sua função portuária, importante para um crescente intercâmbio em face do processo de globalização e de constituir sede do expressivo pólo siderúrgico e da indústria de turismo, a Baixada Santista apresenta problemas comuns aos grandes aglomerados urbanos, como os relacionados com a questão ambiental, carência de infra-estrutura, saneamento ambiental, transporte e habitação.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Tabela 18 – Região 8 – Baixada Santista: características demográficas – 2010

DRADS	N.º de habitantes	Nº de habitantes em IPVS 4, 5 e 6 (Estimativa)	Porte	N.º de Municípios
Baixada Santista	1.709.686	742.915	Pequeno I	0
			Pequeno II	2
			Médio	2
			Grande	5
			Metrópole	0

Fontes: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).

A Baixada Santista, composta em sua maioria por municípios de grande porte, chegou a atingir em 2005 uma densidade demográfica de 685 hab/km², conforme dados da Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM.

Apresentou, no ano de 2000, uma média populacional em situação de média, alta e muito alta vulnerabilidade de mais de 40%. Trata-se de uma alta taxa de população em vulnerabilidade, principalmente quando se observa que a maioria dos municípios da região - seis deles - apresenta índices acima dos 50%, isto é, mais da metade da população destes municípios encontra-se em situação de média e muito alta vulnerabilidade. Ainda segundo dados da AGEM, o Índice de Desenvolvimento Humano alcança 0,817 (2000).

Com base em dados demográficos do Censo 2000, a população da região constitui-se de 51,56% de mulheres, embora a diferença para a população masculina não seja tão discrepante, é de 48,43%. A população está majoritariamente situada nos perímetros urbanos dos municípios e no que se refere às taxas de alfabetização alcança 94,17%.

Gestão municipal da assistência social

Em relação ao Índice SUAS, os municípios da região não possuem grande variação, sendo o mais alto o do município de Santos (0,84) e o mais baixo o do Guarujá (0,74). Excetuando-se o fato do município de Santos - cujo índice SUAS é o mais



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

alto da região - ter Gestão Plena e estar mais bem equipado em relação ao número de CRAS e Creas, estas correlações não parecem ter a mesma lógica em relação aos outros municípios, ou seja, a quantidade de equipamentos CRAS e Creas não parecem estar relacionadas diretamente com o Índice SUAS.

O município do Guarujá que teve o menor índice na região e está em Gestão Básica, possui quatro CRAS e dois Creas. Já o município de São Vicente, que também tem quatro CRAS e dois Creas, está em Gestão Plena e teve índice inferior (0,78) a alguns municípios com menor número de CRAS e Creas (Bertioga, Itanhaém, Mongaguá e Praia Grande – todos em Gestão Básica).

Chama a atenção o município de Peruíbe (índice SUAS 0,77) que, apesar de não ter apresentado o índice mais baixo da região, está em pior situação em relação aos outros municípios, pois não conseguiu ainda se adequar aos critérios exigidos ao porte médio uma vez que possui apenas um CRAS e não tem Creas.

Tabela 19 – Região 8 – Baixada Santista: gestão municipal – 2010

DRADS	Índice SUAS	Nível de Gestão	N.º de Municípios
Baixada Santista	0,77	Inicial	0
		Básica	7
		Plena	2
		Não habilitado	0

Fontes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)/Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

1.2.9 REGIÃO 9 – VALE DO PARAÍBA

Drads do Vale do Paraíba

Perfil regional



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

O Vale do Paraíba abrange parte do leste do estado de São Paulo, segue o traçado da via Dutra entre as capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro e destaca-se por concentrar uma parcela considerável do PIB do Brasil. O Rio Paraíba do Sul, que atravessa a região deu origem ao nome e personalidade a sua localização. Tem um parque industrial altamente desenvolvido e se sobressai com o setor automobilístico, aeroespacial/aeronáutico, bélico, metal-mecânico e siderúrgico, além de reservas naturais importantes e pequenas cidades e fazendas de interesse histórico e arquitetônico. A agropecuária ainda é de grande importância para vários municípios dessa região. Com diversas instituições de ensino superior, distingui-se em nível nacional pelos cursos em tecnologia.

O Vale do Paraíba, em sua porção paulista, é uma das quinze mesorregiões do estado de São Paulo e é formada pela união de 39 municípios agrupados em seis microrregiões: Bananal (Vale Histórico); Campos do Jordão (Serra da Mantiqueira); Caraguatatuba (Litoral Norte); Guaratinguetá (Vale Histórico); Paraibuna/Paraitinga (Serra do Mar e Serra da Bocaina); São José dos Campos. As cidades mais importantes são: São José dos Campos que é a maior cidade da região, Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba e Guaratinguetá.

Tabela 20 – Região 9 – Vale do Paraíba: características demográficas – 2010

DRADS	N.º de habitantes	N.º de habitantes em IPVS 4, 5 e 6 (Estimativa)	Porte	N.º de Municípios
Vale do Paraíba	2.316.640	987.423	Pequeno I	22
			Pequeno II	5
			Médio	7
			Grande	5
			Metrópole	0

Fontes: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).

O Vale do Paraíba caracteriza-se por apresentar um grande número de municípios de pequeno porte I e II. São 22 de Pequeno Porte I (até 20.000 hab.); 6 de Pequeno



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Porte II (de 20.001 a 50.000 hab.); 6 de Médio Porte (de 50.001 a 100.000 hab.); e 5 de Grande Porte (de 100.001 a 900.000 hab.).

Gestão municipal da assistência social

O Vale do Paraíba possui 25 Municípios com CRAS, sendo 9 Municípios com mais de 1 CRAS, totalizando 47 CRAS. Possui também 4 Municípios com 1 Creas e 1 Município com 2 Creas, totalizando 6 Creas.

Tabela 21 – Região 9 – Vale do Paraíba: gestão municipal – 2010

DRADS	Índice SUAS	Nível de Gestão	N.º de Municípios
Vale do Paraíba	0,53	Inicial	22
		Básica	13
		Plena	4
		Não habilitado	0

Fontes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)/Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

Considerando-se o Índice SUAS, o Vale do Paraíba apresenta pontuação média de 0,53. Nessa distribuição, os municípios de Cunha e Lagoinha apresentam as menores pontuações, 0,37 e 0,43 respectivamente, enquanto que as maiores pontuações são verificadas nos municípios de Ilhabela e Campos do Jordão, com 0,63 e 0,62, respectivamente. É uma região, portanto, que apresenta maiores debilidades em termos de demanda e possibilidade de atendimento.

1.2.10 REGIÃO 10 – GRANDE SÃO PAULO

Drads da Grande São Paulo Norte, Grande São Paulo Leste, Grande São Paulo, Grande São Paulo ABC e Capital



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Perfil regional

A Região Metropolitana de São Paulo forma a região mais densamente povoada do Estado de São Paulo, constituindo um aglomerado urbano com quase 20 milhões de pessoas que habitam em 39 municípios.

A Capital está localizada junto à bacia do rio Tietê, tendo as sub-bacias do rio Pinheiros e do rio Tamanduateí papéis importantes em sua configuração. São Paulo tem a altitude média de 760 metros. O ponto culminante do município é o Pico do Jaraguá, com 1.135 metros, localizado no Parque Estadual do Jaraguá, na serra da Cantareira, onde se encontra também a segunda maior floresta urbana do mundo, o Parque da Cantareira. Em sua área total de 1.523 km² vivem 11.037.593 habitantes. Em 2004, a taxa anual de crescimento populacional situou-se em 0,8, situação que aponta queda no crescimento populacional desde a década de 80.

A porção regional ao norte dispõe de ampla malha viária, com as principais rodovias do Estado: Presidente Dutra, parte do Rodoanel, Fernão Dias e Sistema Anhanguera-Bandeirantes, além da linha férrea CPTM e o Aeroporto Internacional André Franco Montoro, em Guarulhos. Todos os municípios que compõem a região possuem características diferentes entre si: 33% têm potencial de desenvolvimento econômico e 67% são consideradas “cidades-dormitório”, em razão do fluxo de pessoas que se deslocam para outras cidades em busca de trabalho, uma vez que o desenvolvimento econômico ainda é considerado incipiente, ocasionando o desemprego ou subemprego.

A região do ABC comporta a Represa Billings que banha seis dos sete municípios da região, com exceção de São Caetano do Sul.

A porção a oeste da região encontra-se localizada em um dos pólos metropolitanos do Estado, entre as rodovias Castelo Branco, Raposo Tavares, Régis Bittencourt, Rodoanel e ferrovias. Observa-se, ainda, um forte grande fluxo migratório de pessoas vindas de outros municípios paulistas para a região.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Tabela 22 – Região 10 – Grande São Paulo: características demográficas – 2010

DRADS	N.º de habitantes (2010)	N.º de habitantes em IPVS 4, 5 e 6 (Estimativa)	Porte	N.º de Municípios
Capital	11.057.629	3.897.466	Pequeno I	0
			Pequeno II	0
			Médio	0
			Grande	0
			Metrópole	1
Grande SP ABC	2.658.743	1.033.467	Pequeno I	0
			Pequeno II	1
			Médio	0
			Grande	6
			Metrópole	0
Grande SP Leste	1.602.169	1.031.446	Pequeno I	1
			Pequeno II	3
			Médio	1
			Grande	5
			Metrópole	0
Grande SP Norte	1.891.757	1.195.852	Pequeno I	0
			Pequeno II	0
			Médio	3
			Grande	2
			Metrópole	1
Grande SP Oeste	2.931.461	1.872.893	Pequeno I	2
			Pequeno II	2
			Médio	1
			Grande	10
			Metrópole	0

Fontes: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).

O município de São Paulo é a maior cidade desta região, tanto no que diz respeito ao território quanto em relação à população. Constata-se que a Capital faz divisa com inúmeros municípios de Grande, Médio e Pequeno Porte, o que demonstra uma



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

grande diversidade de realidades. Quanto à vulnerabilidade, o município de São Paulo tem 3.671.822 pessoas em situação de vulnerabilidade média, alta ou altíssima.

A região ao norte abrange 6 Municípios que concentram aproximadamente 1.800.000 habitantes, correspondendo a 5% da população total do Estado. Considerando o número de habitantes da região, verifica-se que mais de 50% da população encontra-se em situação de média a muita alta vulnerabilidade social, denotando uma similaridade quanto às necessidades proeminentes da ação da Assistência Social.

O ABC paulista é uma região tradicionalmente industrial do Estado de São Paulo. A região é composta por 7 municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Diadema. Os sete municípios somados perfazem uma área de 825 km² e reúnem uma população de mais de 2,5 milhões de habitantes (IBGE 2010: 2.658.693). É o terceiro pólo econômico do País, superado apenas pelos municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A Grande São Paulo ao leste, denominada Alto Tietê, está formada por municípios de Grande porte, Médio porte, Pequeno porte I e II, com um total de 1.425.507 habitantes, sendo que têm uma população de 779.132 mil habitantes dentro do índice de vulnerabilidade social de nível 4, 5 e 6. Assim 54% aproximadamente da população estão em situação de vulnerabilidade social média, alta ou muito alta. A região tem realidades muito distintas, com municípios com um grande população e municípios com populações bem reduzidas. Percebe-se que os municípios, apesar de suas diferenças de níveis de gestão e porte, possuem problemas similares e observa-se, ainda, que todos os municípios da região estão com o índice de vulnerabilidade social atingindo pelo menos 50% da população.

A região a oeste abrange 15 municípios, sendo que 60 % deles encontram-se em zona totalmente urbana e, por conta do número significativo de empresas, abrigam



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

inúmeros problemas estruturais, políticos, culturais e sociais. 40% dos Municípios encontram-se em área protegida de manancial hídrico, sendo que os problemas enfrentados por estes é a falta de crescimento industrial provocando alternativas limitadas de emprego, gerando também diversos problemas sociais.

Gestão municipal da assistência social

Segundo a NOB/SUAS de 2005, quanto ao nível de gestão dos municípios que compõem a região, 3 estão em Gestão Inicial (8%), 22 em Gestão Básica (56%) e 14 em Gestão Plena (36%), entre os quais se distribuem 141 CRAS e 21 Creas. Assim, apesar dos municípios que compõem a região serem de médio, grande porte e metrópole, três municípios não conseguem avançar na gestão municipal e permanecem em Gestão Inicial, o que difere muito do restante da região.

Apesar de ter um número razoável de CRAS, o que possibilita um trabalho mais expressivo na Proteção Social Básica, a região ainda precisa avançar muito na Proteção Social Especial com a implementação de mais Creas, já que a região esta com uma média de 381 mil habitantes denominados como vulneráveis por Creas, o que torna a ação da proteção especial insatisfatória.

Pode-se observar, ainda, que a região apresenta grandes dificuldades, já que mantém relativamente um baixo índice no ranking SUAS, com uma média de 0,63, e este índice está vinculado diretamente à gestão, já que a maioria ainda permanece na Gestão Básica. Entretanto, é importante salientar que enquanto municípios como os de São Caetano do Sul, São Paulo, São Bernardo do Campo e Santo André atingiram as pontuações de 0,83 (o primeiro) e 0,80 (os demais), por outro lado existem municípios situados no espectro oposto e apresentando maiores debilidades em termos de demanda e possibilidade de atendimento, como os de Franco da Rocha e Francisco Morato que atingiram, respectivamente, as pontuações de 0,48 e 0,49.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Tabela 23 – Região 10 – Grande São Paulo: gestão municipal – 2010

DRADS	Índice SUAS	Nível de Gestão	N.º de Municípios
Capital	0,80	Inicial	0
		Básica	0
		Plena	1
		Não habilitado	0
Grande SP ABC	0,78	Inicial	0
		Básica	4
		Plena	3
		Não habilitado	0
Grande SP Leste	0,58	Inicial	0
		Básica	6
		Plena	4
		Não habilitado	0
Grande SP Norte	0,58	Inicial	3
		Básica	2
		Plena	1
		Não habilitado	0
Grande SP Oeste	0,60	Inicial	0
		Básica	10
		Plena	5
		Não habilitado	0

Fontes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)/Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

2. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS, implantado em 2005 para operacionalizar a Política da Assistência Social, caracteriza-se pela gestão



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

compartilhada entre os três entes federados - União, Estados e Municípios - e coube aos estados a coordenação, o apoio técnico para aprimoramento da gestão municipal - sem interferir na sua autonomia, o monitoramento e avaliação, bem como, o cofinanciamento e a proposição de serviços programas e benefícios estaduais igualmente alinhados ao SUAS.

A Proteção Social Básica engloba as ações preventivas de convivência, socialização, inserção e acolhida voltadas prioritariamente para as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social visando desenvolver potencialidades aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A rede de proteção social básica constitui-se de serviços, benefícios, programas e projetos. Os serviços devem ser ofertados pelo município no seu território em processo de complementaridade, articulando-se, assim, aos serviços da Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica é desenvolvida por intermédio de seu principal equipamento público, o *Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. É uma unidade pública estatal descentralizada responsável pela organização e oferta dos serviços da Proteção Social Básica do SUAS, nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e caracteriza-se como porta de entrada que possibilita o acesso de um grande número de famílias a toda rede da proteção social da assistência social.

O CRAS tem por função ofertar de forma exclusiva e obrigatória o Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, independentemente de sua fonte de financiamento. Os demais serviços como os de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças idosos e jovens, como o ProJovem, podem ser executados nos CRAS, desde que disponha de espaço físico e equipe compatível e, quando desenvolvidas em outra unidade pública ou privada, devem ser a ele referenciadas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

2.1 SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

2.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF

O PAIF é um serviço de caráter continuado com vistas a fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços e promovendo o acesso aos direitos de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

O PAIF tem como público, famílias em situação de vulnerabilidade social. Têm prioridade no atendimento os beneficiários que atendem aos critérios de participação de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, bem como pessoas com deficiência e pessoas idosas que vivenciam situações de fragilidade.

2.1.2 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

São quatro os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos organizados em torno do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, por faixa etária e têm como objetivo prevenir possíveis situações de risco da população em geral, visando à melhoria da qualidade de vida. Também previnem a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos e oportunizam o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã.

Ocorrem por meio do trabalho em grupos e organizam-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertencimento e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

Podem ser ofertados nos CRAS, em outras unidades públicas ou em entidades privadas sem fins lucrativos, desde que referenciadas ao CRAS.

2.1.3 Serviços para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para essa faixa etária tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, levando em conta seus interesses, demandas e potencialidades.

As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações de direitos, cujas atividades contribuem para resignificar vivências de isolamento e de violação.

2.1.4 Serviços para Idosos

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos tem como foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social.

A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir atividades que valorizem suas experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, bem como a participação social.

2.1.5 Serviços no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

Têm por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visam a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a igualdade de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, com base em suas necessidades, prevenindo situações de risco, exclusão e isolamento.

Devem também contribuir com a promoção do acesso aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação.

Desenvolvem ainda ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, de caráter preventivo ao isolamento.

Têm prioridade estes serviços, pessoas com deficiência e idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social pela fragilização de vínculos familiares e sociais ou pela ausência de acesso a possibilidades de inserção, habilitação social e comunitária, em especial: beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC e membros de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda.

2.1.6 Serviço de Promoção e Inclusão Produtiva

Esse serviço tem como objetivo promover informação e preparação para o mundo do trabalho, objetivando o desenvolvimento de habilidades, potencialidades, conhecimentos pessoais e de grupo, sempre em articulação com oportunidades territoriais para geração de trabalho e renda. O público-alvo deste serviço constitui-se de famílias e indivíduos adultos em situação de vulnerabilidade ou risco social, residentes em zonas rural ou urbana, priorizando-se aqueles que sejam usuários de outros serviços socioassistenciais ou beneficiários de programas de transferência de renda ou outros benefícios, sobretudo a população jovem em situação de vulnerabilidade e risco. As ações desenvolvidas por esse serviço devem ser complementares ao PAIF.

2.1.7 Outras unidades públicas da Proteção Social Básica

Os serviços da PSB com exceção do PAIF podem ser desenvolvidos em outras unidades públicas tais como Centros de Atendimento à Criança e ao Adolescente, Juventude, ou Idosos. Tem por objetivo promover o fortalecimento de vínculos sociais e familiares entre crianças, adolescentes, jovens, idosos e entre pessoas das



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

demais gerações, por meio de atividades de convivência, esportivas, culturais e de integração familiar.

Podem se constituir como unidades destinadas especificamente a determinados públicos ou podem ser intergeracionais, dependendo do tipo de demanda. Essas unidades atendem idosos em situação de vulnerabilidade e risco social quando encaminhados pela Proteção Social Especial. Oferecem atividades que visam autonomia, desenvolvimento saudável, protagonismo juvenil e envelhecimento ativo.

2.2 A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Os municípios paulistas vêm se organizando em alinhamento ao SUAS e especialmente a Proteção Social Básica adquiriu identidade própria, constatada pela habilitação dos municípios ao SUAS, em suas três modalidades e pelo número de CRAS instalados: 783 CRAS implantados em 465 municípios. A implementação dos CRAS nos municípios ocorre principalmente pela adesão dos municípios ao SUAS, ao controle social exercido pelos Conselhos e também pelo apoio dado pela rede regional das Drads à gestão municipal.

Há no Estado, de acordo o Censo SUAS 2010, 180 municípios que ainda não implantaram CRAS, sendo eles em sua maioria municípios de Pequeno Porte I, com população de até 5.000 habitantes. Nesses municípios que não possuem CRAS instalados, a Proteção Social Básica é organizada e desenvolvida pelos órgãos gestores locais da Assistência Social.

Os fatores determinantes para a não implementação do equipamento CRAS deve-se a um conjunto de motivos: falta de recursos financeiros, de quadro de recursos humanos, de equipamentos, dificuldade de alugar ou construir um imóvel em locais com situações de vulnerabilidade social, posicionamento político do prefeito ou gestores, inexistência de controle social.

No contexto da atual política nacional da Assistência Social, a Seeds que atua de forma descentralizada por meio das 26 Diretorias Regionais, tem um papel determinante de assessoramento técnico aos municípios, quer na implementação ou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

implementação dos CRAS, serviços, programas, benefícios da Proteção Social Básica, acompanhando e monitorando toda a rede sócioassistencial do Estado.

2.2.1 Rede Socioassistencial da Proteção Social Básica no Estado

Compõem a rede socioassistencial da Proteção Social Básica do Estado, de acordo com o PMAS de 2010, 9.006 executoras, entre públicas e privadas, que desenvolvem nove serviços de caráter preventivo, protetivo e proativo.

São atendidos por esta rede socioassistencial 2.984.346 usuários entre famílias, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência.

A Seeds também apóia financeiramente os municípios por meio do repasse financeiro direto, no sistema Fundo a Fundo, do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas) para os Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS), conforme a Lei Estadual nº 13.242, de 08 dezembro de 2008, Decreto Estadual nº 54.026 de 16 fevereiro de 2009, e alínea “c” do inciso II do artigo 60, do Decreto Estadual nº. 49.668, de 17 de junho de 2005.

O valor total repassado em 2010 foi de R\$ 58.024.107,69. A proposta orçamentária para 2011 prevê o valor de R\$ 62.292.838,00 – com sugestão de ampliação de 20% do recurso financeiro, no valor de R\$ 9.534. 580,00.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

**Tabela 24 – Rede Socioassistencial da Proteção Social Básica
cofinanciada pelo Estado – 2010**

Tipo de Serviço	Nº Atendidos	Tipo de Executora			FEAS (R\$)
		CRAS	Executora Privada	Executora Pública	
Ações socioeducativas	306.089	359	932	497	21.150.206,86
Atendimento Integral à Criança e Adolescente	142.571	95	500	406	10.245.162,71
Atendimento integral a crianças	57.716	34	140	92	1.208.170,98
Atendimento Integral ao Idoso	78.979	106	175	245	1.720.243,60
Atendimento Integral às Famílias	1.467.687	930	729	729	7.329.733,99
Capacitação e Formação Profissional	265.483	117	311	319	4.168.436,65
Centro de convivência	129.526	34	246	262	2.559.288,21
Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários	261.833	185	292	179	4.229.251,24
Programa de incentivo ao protagonismo juvenil	73.252	193	256	217	3.965.540,71
Programa de inclusão produtiva e enfrentamento à pobreza	201.210	93	101	232	1.448.072,74
Total de Executoras	2.984.346	2.146	3.682	3.178	58.024.107,69

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).

De acordo com o Censo SUAS 2009, houve aumento do número de CRAS de 720 para 783 unidades. As tabelas 25 e 26, a seguir, apresentam a distribuição dos CRAS.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Tabela 25 – Distribuição de CRAS por Drads – 2010

DRADS	Quantidade de municípios com os respectivos números de CRAS												Quantidade de CRAS
	0	1	2	3	4	5	6	7	10	11	13	33	
Alta Noroeste	24	18	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	22
Alta Paulista	16	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6
Alta Sorocabana	20	11	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	15
Araraquara	11	12	1	—	1	1	—	—	—	—	—	—	23
Avaré	10	13	5	—	1	—	—	—	—	—	—	—	27
Baixada Santista	—	—	4	1	3	—	1	—	—	—	—	—	29
Barretos	4	12	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	21
Bauru	3	32	2	—	1	—	—	1	—	—	—	—	47
Botucatu	3	9	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	14
Campinas	7	19	6	5	3	1	—	—	—	1	1	—	87
Capital	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	33
Fernandópolis	2	45	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	51
Franca	4	17	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	24
GSP ABC	—	2	1	1	3	—	—	—	—	—	—	—	19
GSP Leste	—	4	2	—	3	—	1	—	—	—	—	—	26
GSP Norte	1	2	2	—	—	—	—	—	—	1	—	—	17
GSP Oeste	—	3	2	1	6	1	2	—	—	—	—	—	51
Itapeva	7	10	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	12
Marília	18	17	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	24
Mogiana	2	15	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	22
Piracicaba	9	13	1	1	2	—	—	1	—	—	—	—	33
Ribeirão Preto	8	13	2	—	—	2	—	—	—	—	—	—	27
S J Rio Preto	9	36	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	49
Sorocaba	9	15	3	—	2	1	1	—	—	—	—	—	40
Vale do Paraíba	12	18	4	—	3	1	1	—	—	—	—	—	49
Vale do Ribeira	1	11	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15
Total	180	353	45	13	32	9	6	2	1	2	1	1	783

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Tabela 26 – Distribuição dos CRAS nos municípios por nível de gestão municipal – 2010

Porte	Estadual	Gestão Municipal			Total
		Básica	Inicial	Plena	
Grande		96	5	183	284
Médio		55	2	25	82
Metrópole				55	55
Pequeno I	1	212	19	6	238
Pequeno II		102	4	18	124
Total geral	1	465	30	287	783

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).

Para 2011 são propostas ações para consolidação da implementação da Proteção Social Básica, de aperfeiçoamento e de garantia de apoio técnico e financeiro aos municípios:

- ✓ Organizar e padronizar os serviços e equipamentos físicos socioassistenciais e consonância com a tipificação e com vistas à qualificação dos mesmos;
- ✓ Estabelecer estratégias para implementar a integração dos serviços e benefícios sociassistenciais; para a articulação da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial; para o estabelecimento de fluxos de referência e contrarreferência regionalizados entre CRAS, Creas e os serviços com o objetivo de reduzir a ocorrência de situações de vulnerabilidade social no Estado.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

3. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A Proteção Social Especial é o atendimento socioassistencial destinado a famílias e indivíduos que se encontram em risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

O atendimento socioassistencial da Proteção Social Especial está dividido em dois níveis: média complexidade e alta complexidade. O atendimento integral previsto na alta complexidade compreende o atendimento por entidades que oferecem acolhimento institucional. Ambas as modalidades atuam de forma articulada e integrada entre si e com outras políticas públicas, bem como, com o Sistema de Garantia de Direitos.

A média complexidade está voltada para o atendimento de famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujo vínculo familiar e comunitário não foi rompido. A alta complexidade são os que garantem proteção integral a indivíduos que se encontram sem referência ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar ou comunitário.

O equipamento público de referência para a proteção social especial de média complexidade é o Centro de Referência Especializada da Assistência Social (Creas). Os Creas são responsáveis pela organização e operacionalização da Proteção Social Especial no âmbito local.

Em 2010, estavam implantados 141 Creas nos municípios do Estado de São Paulo, com uma cobertura de apenas 20% dos municípios. O monitoramento e o assessoramento realizados pela Seads nos municípios e o incentivo do Ministério do Desenvolvimento e da Assistência Social MDS possibilitam o planejamento para implementação de mais 164 equipamentos de Creas. Este planejamento permitirá o empreendimento significativo na ampliação de Creas por todo o Estado até maio de 2011.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

3.1 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

3.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi)

Trata-se de serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenção e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

Para 2011, é proposta a ampliação em 30% dos recursos da Proteção Social Especial para o cofinanciamento dos 645 municípios nos respectivos serviços de média e alta complexidade.

3.1.2 Serviço de Abordagem Social

É o serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros.

A Seeds coordenará o Plano Estadual de Atendimento a População em Situação de Rua a fim de contribuir com a execução do serviço no âmbito local e o estabelecimento de planos municipais de prevenção e de atenção dos cidadãos em situação de abandono.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

3.1.3 Serviço a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade

Este serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço é necessária a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com a legislação e normativa específicas para o cumprimento da medida.

A Seads, por meio de Grupo de Trabalho Intersetorial em conjunto com a Fundação Casa e a Frente Paulista, manterá por intermédio da rede regional das Drads, o monitoramento do serviço dentro do planejamento dos demais serviços com o suporte de um caderno de diretrizes e metodologias de trabalho para orientar as entidades executoras, além da efetivação do Sistema SIPIA/SINASE para a implementação do sistema nacional de medidas socioeducativas. Será estabelecido um novo critério de partilha dos recursos considerando a possível ampliação do mesmo no orçamento anual.

3.1.4 Serviço a Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias

É um serviço de oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte de cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentro outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Para 2011, é proposta a ampliação em 30% dos recursos da Proteção Social Especial para o cofinanciamento dos 645 municípios nos respectivos serviços de média e alta complexidade.

3.1.5 Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Trata-se de serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e oferta de atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e familiares que oportunizem a elaboração de novos projetos de vida.

3.2 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

3.2.1 Serviço de Acolhimento Institucional

Constitui-se no acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, as tradições e à diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, raça, etnia, religião, gênero e orientação sexual.

A Seads, por meio da Comissão Intersectorial do Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária, apresentará o Plano Estadual considerando as ações já estabelecidas no plano nacional, definindo as responsabilidades dos três níveis da federação e proporcionando, por meio de capacitação, a implementação de planos municipais.

3.2.2 Serviço de Acolhimento em Repúblicas

Este serviço que oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustentação.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

3.2.3 Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

É o serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É prevista sua execução até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança ou adolescente acolhido e sua família de origem.

3.2.4 Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências

O serviço promove o apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública com oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

3.3A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

3.3.1 Rede Socioassistencial de Proteção Social Especial de Média Complexidade

De acordo com as informações do PMAS de 2010, são executados 13 tipos de serviços da PSE de Média Complexidade - ainda não conforme com a nova Tipificação dos Serviços - que atendem 67.588 usuários por 682 executoras, totalizando o repasse estadual de R\$40.530.662,07.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Tabela 27 – Rede socioassistencial da Proteção Social Especial de média complexidade cofinanciada pelo Estado – 2010

Tipo de Serviço	Nº Atendidos	Tipo de Executora	
		Executoras	FEAS (R\$)
Centro Dia	66	04	37.701,00
Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual.	1716	09	192.525,00
Cuidados no Domicílio	535	11	253.885,00
Plantão Social	7117	12	259.000,00
Atendimento Jurídico e Social	840	13	1.228.295,88
Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes em situação de trabalho infantil	1624	14	405.325,00
Abordagem de Rua	5684	24	2.411.574,08
Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – Prestação de Serviço a Comunidade (PSC)	2231	39	4.209.820,44
Atendimento Especializado a Vitimas de Violência	4000	42	1.141.139,60
Serviço de Orientação e Apoio Sociofamiliar	5050	53	1.714.509,40
Atendimento especializado às Famílias com pessoas com direitos violados	14530	64	2.270.066,00
Serviço de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência	15003	150	6.048.940,00
Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – Liberdade Assistida	9192	247	20.357.880,00
Total	67.588	682	40.530.662,07

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).

3.3.2 Rede Socioassistencial de Proteção Social de Alta Complexidade



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

De acordo com dados PMAS de 2010, são executados 6 serviços da PSE de Alta Complexidade - ainda não conformes com a nova Tipificação dos Serviços - que atendem 71.727 usuários por 687 executoras e totaliza o repasse estadual de R\$ 45.272.046,12. A proposta orçamentária para 2011 da Proteção Social Especial prevê o valor de R\$ 94.733.060,00 – com proposta de expansão de aproximadamente 30% do recurso financeiro, o que corresponde ao valor de R\$ 24.194.235,00.

Tabela 28 – Rede socioassistencial da Proteção Social Especial de alta complexidade cofinanciada pelo Estado – 2010

Tipo de Serviço	Nº Atendidos	Tipo de Executora	
		Executoras	FEAS (R\$)
Família Acolhedora	25	1	51.000,00
República	50	1	122.462,04
Casas de Passagem	9256	22	699.173,67
Albergue	39.256	53	6.236.800,72
Casa-Lar	6.301	103	2.093.371,68
Atendimento Integral Institucional	16.839	507	36.069.238,00
Total	71.727	687	45.272.046,12

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).

O esforço de implementação efetiva do SUAS, especialmente dos serviços de Proteção Social Especial por meio da instalação de Creas para o serviços de média e alta, retrata a complexidade da realidade do Estado de São Paulo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Tabela 29 – Distribuição de Creas por porte e gestão municipal – 2010

Porte	Nível de Habilitação				
	Não Habilitado	Inicial	Básica	Plena	Total
Pequeno I	0	0	5	1	6
Pequeno II	0	0	21	9	30
Médio	0	0	22	11	33
Metrópole	0	0	0	3	3
Grande	0	0	19	37	56
Total	0	0	67	62	129

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).

Tabela 30 – Implementação de Creas – 2010

Ano	Creas Implementados	Total
2008	67	67
2009	38	105
2010	36	141

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).

Observa-se que em 2008 e 2009, houve um crescimento de 56% no número de Creas implementados; em 2009 e 2010, o crescimento chega a 34% e a projeção para maio de 2011 aponta um crescimento previsto de 116% no número de Creas.

A tabela a seguir mostra o número de municípios que possuem de 1 a 5 Creas:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Tabela 31 - Distribuição dos Creas por Drads – 2010

Drads	Quantidade de municípios com os respectivos números de Creas					Quantidade de Creas
	1	2	3	4	5	
Alta Noroeste	3	–	–	–	–	3
Alta Paulista	1	–	–	–	–	1
Alta Sorocabana	4	1	–	–	–	6
Araraquara	3	1	–	–	–	5
Avaré	1	–	–	–	–	1
Baixada Santista	6	2	–	–	–	10
Barretos	6	–	–	–	–	6
Bauru	2	–	–	–	–	2
Botucatu	1	–	–	–	–	1
Campinas	19	–	–	–	1	24
Capital	0	–	1	–	–	3
Fernandópolis	4	–	–	–	–	4
Franca	6	–	–	–	–	6
GSP ABC	3	1	–	–	–	5
GSP Leste	7	–	–	–	–	7
GSP Norte	3	–	–	–	–	3
GSP Oeste	6	–	–	–	–	6
Itapeva	1	–	–	–	–	1
Marília	4	–	–	–	–	4
Mogiana	5	–	–	–	–	5
Piracicaba	6	–	–	–	–	6
Ribeirão Preto	7	–	–	–	–	7
S J Rio Preto	6	1	–	–	–	8
Sorocaba	8	–	–	–	–	8
Vale do Paraíba	5	1	–	–	–	7
Vale do Ribeira	2	–	–	–	–	2
Total	119	14	3	0	5	141

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).

O monitoramento e assessoramento da Seads nos municípios e o incentivo do MDS possibilitam o planejamento para implementação de mais 164 Creas todo o Estado até maio de 2011.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Tabela 32 – Distribuição de Creas por município – 2010

N.º Município	N.º de Creas	Total de Creas
517	0	0
119	1	119
7	2	14
1	3	3
0	4	0
1	5	5
645	—	141

Fonte: Plano Municipal da Assistência Social (PMAS).

3.4 IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

3.4.1 Implementação de 10 Creas Regionalizados

Para 2011, está prevista a implementação de 4 Creas regionalizados e o estudo para a implementação de 6 outros Creas regionalizados considerando os critérios de porte, gestão e demanda para os respectivos serviços. Os estudos apontam para a implementação de 10 Creas regionalizados nas seguintes regiões de:

- ✓ Alta Paulista
- ✓ Alta Sorocabana
- ✓ Alta Noroeste
- ✓ Avaré
- ✓ Bauru
- ✓ Fernandópolis
- ✓ Itapeva
- ✓ São José do Rio Preto
- ✓ Sorocaba
- ✓ Vale do Ribeira



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

3.4.2 Tipologia de Creas regionalizado

Apresenta-se a proposta de equipe mínima para o Creas regionalizado, organizado em dois tipos diferenciados de serviços de média complexidade. O tipo I engloba dois serviços e o tipo II abriga três, conforme descrito nos quadros abaixo:

Quadro 1 – Creas regionalizado tipo I

Serviços	Recursos Humanos
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi)	1 coordenador do Creas 2 assistentes sociais 2 psicólogos
Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.	1 advogado 4 educadores sociais 2 auxiliares administrativos

Fonte: Ministério de Assistência e Desenvolvimento Social (MDS) – Guia de Orientação nº 01 – Creas – 2008.

Quadro 2 – Creas regionalizado tipo II

Serviços	Recursos Humanos
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi)	1 coordenador do Creas 2 assistentes sociais 2 psicólogos
Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	1 advogado 4 educadores sociais 2 auxiliares administrativos
Serviço de Proteção ao Adolescente em Medidas Socioeducativas	Equipe volante com 1 técnico orientador 1 educador Para cada grupo de 20 adolescentes/município

Fonte: Ministério de Assistência e Desenvolvimento Social (MDS) – Guia de Orientação nº 01 – Creas – 2008.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

De acordo com análise os dados dos PMAS de 2010 e se considerados os valores hoje praticados pela Seads para cofinanciamento dos Creas, os valores a serem financiados para a implementação são:

Creas Regionalizado Tipo I – valor anual de R\$ 520.000,00

Creas Regionalizado Tipo II – valor anual de R\$ 650.000,00



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

4. TRANSFERÊNCIA DE RENDA E BENEFÍCIOS

A Seeds coordena ações e programas de transferência de renda em execução nos 645 municípios do estado de São Paulo, de iniciativa estadual e federal, desenvolvendo atividades de coordenação, orientação, monitoramento e supervisão, assim como de avaliação do conjunto de programas sociais, além de oferecer apoio técnico aos municípios segundo a demanda.

A transferência direta de renda tem se firmado como uma estratégia de governo para enfrentar a situação de pobreza e desigualdade social com vistas ao desenvolvimento. Para implementar ações desta natureza é necessário envolver as demais políticas sociais em busca da complementaridade entre ações intergovernamentais, intersetoriais e iniciativas da sociedade civil, visando aumentar a capacidade de inserção social e favorecer o desenvolvimento da autonomia dos beneficiários.

4.1 PROGRAMAS FINANCIADOS PELOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL

4.1.1 Ação Jovem

É um programa de transferência de renda do Governo do Estado de São Paulo, criado em 2004 que atende atualmente cerca de 90 mil jovens em 642 municípios. Objetiva promover a inclusão social de jovens, de 15 a 24 anos de idade, pertencentes a famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo nacional, mediante a transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário para estimular a conclusão da escolaridade básica, somada a ações complementares e de apoio a iniciação profissional.

Valor do benefício: R\$ 80,00 / mês.

Orçamento 2011: R\$ 89.160.000,00 (PL 711/2010)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

4.1.2 Renda Cidadã

Programa de transferência de renda do Governo do Estado de São Paulo, criado em 2001, que atende atualmente 162 mil famílias em 644 municípios. O programa tem como objetivo atender famílias em situação de pobreza, com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo nacional, mediante ações complementares e transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário.

Valor do benefício: R\$ 80,00 / mês por família.

Orçamento 2011: R\$ 150.139.200,00 (PL 711/2010)

Acoplado ao Renda Cidadã, a Seeds financia ações de qualificação profissional, por meio do **Complementando Renda Cidadã** aos membros das famílias beneficiárias do programa, objetivando condições para sua emancipação por meio de atividades que promovam sustentabilidade e possibilitando a família uma oportunidade para viver com seus próprios recursos. Em 2010, a abrangência foi de 159 municípios executores.

Meta de Atendimento: 12 mil pessoas

Orçamento 2011: Geração de Renda – CRC: R\$ 2.647.000,00 (PL 711/2010)

4.1.3 Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O BPC está previsto na Constituição Federal e consagrado na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. É um benefício assistencial que independe de contribuições para a Previdência Social. O BPC é a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho, e ao idoso com 65 anos ou mais, que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Beneficiários (base agosto de 2010): 241.112 pessoas com deficiência e 310.670 idosos.

Recursos (acumulado até agosto) R\$ 2.203.071.304,00

4.1.4 BPC na Escola

O BPC na Escola é o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC). O objetivo é promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, preferencialmente de 0 a 18 anos de idade, garantindo-lhes acesso e permanência na escola, por meio de ações articuladas das áreas de saúde, educação, assistência social e direitos humanos. No Estado de São Paulo, 193 municípios aderiram ao Programa, totalizando 13.350 beneficiários inseridos na escola e 18.281 não inseridos.

4.1.5 ProJovem Adolescente

O ProJovem Adolescente - Serviço Socioeducativo é uma das modalidades do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, de natureza intersetorial. Articula um conjunto de ações nos dois âmbitos da proteção social, básica e especial, e busca desenvolver seguranças sociais de acolhida, convívio familiar e comunitário. Cria, com isso, mecanismos que garantem esta convivência, além de condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

Destina-se a jovens de 15 a 17 anos, provenientes de famílias em condições de extrema pobreza, beneficiárias do Programa Bolsa Família, e àqueles que estão marcados por vivências resultantes de diferentes circunstâncias de riscos e vulnerabilidades sociais - retirados de situações de trabalho infantil, abuso e exploração sexual, violência doméstica, abandono, negligência e maus tratos - e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

alguns em situação de conflito com a lei, cumprindo (ou tendo cumprido) medidas socioeducativas em meio aberto, de acordo com a Lei Federal 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

O programa conta com um Traçado Metodológico criado para fornecer a diretriz que acompanha e orienta a equipe de referência responsável pelo trabalho com os jovens, para a condução dos encontros e oficinas do serviço socioeducativo. Este traçado metodológico é composto por três eixos: Convivência Social, Participação Cidadã e Mundo do Trabalho, e seis temas transversais relacionados à juventude: Direitos humanos e socioassistenciais; Trabalho; Cultura; Meio ambiente; Saúde; Esporte e Lazer. A carga horária total do serviço socioeducativo é de 1200 horas, distribuídas em dois ciclos anuais, com 12,5 horas semanais de atividades para grupos de jovens.

De forma preventiva e potencializadora, de acordo com o papel de referência e contra-referência do CRAS, o ProJovem Adolescente visa contribuir para fortalecer as condições de autonomia das famílias e dos jovens para que possam gerir seu processo de segurança social.

O ProJovem Adolescente está implantado em 250 municípios com a proposta de atender 14.825 jovens.

4.1.6 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

O PETI é um dos Programas do Governo Federal que articula um conjunto de ações visando retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

O PETI tem como objetivo erradicar todas as formas de trabalho infantil no País, em um processo de resgate da cidadania de seus usuários e inclusão social de suas famílias. Compõe o SUAS com duas ações articuladas: o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do PETI e a transferência de renda direta de renda às famílias com crianças e adolescentes de idade inferior a 16 anos, retiradas da situação de trabalho.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

O PETI é executado em 160 municípios do Estado de São Paulo, atendendo 19.588 mil crianças.

4.1.7 Programa Bolsa Família

Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal per capita de R\$ 70,01 a R\$ 140,00) e extrema pobreza (com renda mensal per capita de até R\$ 70,00), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006. Associa à transferência do benefício financeiro o acesso aos direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social.

No Estado de São Paulo, 1.126.179 famílias são atendidas pelo PBF.

4.2 EFETIVIDADE DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A já existente consolidação dos programas de transferência de renda leva à consideração de que a transferência de renda de maneira isolada, não vai atingir o objetivo de transformar a realidade social dos beneficiários desses programas; o atendimento às famílias deve compreender a garantia dos direitos socioassistenciais, a convivência familiar e comunitária, o acesso à rede de serviços e as demais políticas públicas; e que as famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda constituem público prioritário do Programa de Atendimento Integral à Família - PAIF, ofertado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

Dessa maneira, evidencia-se a necessidade de implementação da gestão integrada dos serviços, benefícios e transferências de renda, visando o acompanhamento prioritário das famílias beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda como uma estratégia para criar sinergias e potencializar o impacto desses programas e dos serviços socioassistenciais.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

A integração/articulação entre os serviços socioassistenciais e os programas de transferência de renda estabelecerá o elo necessário entre a segurança de renda e às seguranças de convívio familiar, comunitário e de desenvolvimento da autonomia previstas na Política Nacional de Assistência Social, de modo a materializar os direitos socioassistenciais.

Para efetivar a constituição de redes de proteção social e materialização da política de assistência social nos territórios, procedimentos deverão ser adotados visando garantir:

- ✓ Oferta prioritária de serviços socioassistenciais para as famílias e indivíduos dos programas de transferência de renda;
- ✓ Encaminhamento de famílias e indivíduos atendidos nos serviços socioassistenciais para acesso a programas de transferência de renda;
- ✓ Contribuição na superação de situações de vulnerabilidade e risco, por meio da oferta de acompanhamento familiar e encaminhamentos para a rede socioassistencial e das demais políticas públicas e quando necessário, para órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- ✓ Introdução da perspectiva da Vigilância Social no cotidiano dos serviços, favorecendo a identificação precoce das situações de risco ou vulnerabilidade e organizando a atuação pautada pela busca ativa das famílias;
- ✓ Financiamento de Projetos Intersetoriais, por meio do Complementando Renda Cidadã, que promovam a qualificação e a inclusão das famílias beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda no mercado de trabalho.

Serão atendidas prioritariamente no acompanhamento familiar:

- ✓ As famílias dos Programas Ação Jovem, Renda Cidadã, Bolsa Família, e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que estão em descumprimento de condicionalidades, especialmente aquelas com “suspensão do benefício por dois meses”, a fim de garantir a segurança de renda das famílias;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

- ✓ As Famílias com beneficiários do BPC que se encontra em situação de maior vulnerabilidade, especialmente aquelas com crianças/adolescentes com deficiência.
- ✓ Demais famílias do Ação Jovem, Renda Cidadã, PBF, PETI, BPC que apresentem características reveladoras de situações de risco ou de maior vulnerabilidade social.

Para o exercício de 2011, a Seeds, mediante aprovação orçamentária, pretende expandir as metas dos Programas Estaduais Ação Jovem, Renda Cidadã e Complementando Renda Cidadã.

A expansão de metas desses Programas é analisada considerando critérios previamente estabelecidos, quais sejam:

- ✓ Solicitação formal dos Gestores Municipais;
- ✓ Identificação de demanda reprimida;
- ✓ Execução integral das metas anteriormente estabelecidas;
- ✓ Capacidade técnica e operacional do município para o acompanhamento de condicionalidades e oferta das ações complementares;
- ✓ Número estimado de jovens de famílias com IPVS 5 e 6 no município, no caso do Programa Ação Jovem;
- ✓ Número estimado de famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo no município, no caso do Programa Renda Cidadã.

Em relação às regiões que apresentam trabalho sazonal em função da vocação sucroalcooleira, serão iniciados estudos para viabilizar uma “meta flutuante” para o Programa Ação Jovem nos períodos da entressafra. Quanto ao Programa Renda Cidadã, já está disposto na Resolução Seeds n.º 10, de 29/06/2010, condição de permanência no programa no período de safra.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Quanto ao Complementando Renda Cidadã, mediante avaliação da gestão do exercício 2010, esta ação complementar do Programa Renda Cidadã será aprimorada para o exercício 2011, adotando-se metodologia para atendimento as famílias e critérios a adesão municipal à mesma.

Para a implementação dos programas de transferência de renda, a Seeds ainda participa de diversas instâncias de deliberação e de pactuação no âmbito do Estado, quais sejam:

- ✓ Conselho Estadual de Assistência Social
- ✓ Conselho Estadual da Fundação Casa
- ✓ Conselho Estadual da Juventude
- ✓ Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência
- ✓ Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista
- ✓ Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
- ✓ Comissão Intergestores Bipartite
- ✓ Comitê Território da Cidadania
- ✓ Grupo Gestor Estadual do BPC na Escola
- ✓ Comissão Estadual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e do Programa Bolsa Família.
- ✓ Colegiado Estadual Intersetorial do Programa Bolsa Família
- ✓ Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

5. PROGRAMAS E AÇÕES INTERSETORIAIS

A Seeds desenvolve alguns programas específicos norteados pelo conceito de intersectorialidade. São eles: o Futuridade – Plano Estadual para a Pessoa Idosa, a Rede Social São Paulo e o Virada Social. Além disso, a Proteção Social Básica, a Proteção Social Especial e a Transferência de Renda e Benefícios também realizam ações cuja tônica principal é a intersectorialidade.

Esse conceito contempla todos os momentos da efetivação de uma política pública e implica mais do que justapor ou compor projetos que continuem sendo formulados e realizados setorialmente, pois, se realiza quando as diversas áreas do governo, segundo setor (mercado) e terceiro setor (sociedade civil organizada) programam e realizam ações integradas e articuladas, monitoram e avaliam conjuntamente os resultados e reorientam as ações.

Para efetivação das ações intersectoriais, as noções de atuação em rede, participação e territorialização, apresentadas a seguir, são fundamentais.

- ✓ *Atuação em rede*: forma de potencializar os recursos dos atores/organizações existentes em um território pela conjunção de forças e pelo intercâmbio de experiências e conhecimentos, contribuindo para formar uma visão mais rica e complexa das realidades sobre as quais atuam. É o caminho para superar a superposição das ações, entidades e órgãos, além da dispersão de recursos humanos, materiais e financeiros e para gerar espaços de colaboração.
- ✓ *Participação*: entendimento de que o envolvimento ativo da população, por meio de organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis, é condição fundamental para o desenvolvimento local, implicando o alargamento da influência direta da população local nos assuntos públicos e o incentivo à atuação direta das comunidades na busca de soluções para seus próprios problemas. É também uma estratégia para uma maior eficiência alocativa dos recursos públicos, pois o envolvimento direto dos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

beneficiários e a responsabilização dos gestores locais ampliam o controle social sobre a destinação dos recursos e evitam sua pulverização.

- ✓ ***Territorialização:*** trata-se de identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, com base em recortes territoriais que identifiquem conjuntos populacionais em situações similares, e intervir por intermédio das políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida. Fundamenta-se no pressuposto de que os problemas sociais e econômicos que geram vulnerabilidade social se entrecruzam de maneira complexa e assumem uma configuração específica em determinada região ou localidade.

5.1 PROGRAMAS INTERSETORIAIS

5.1.1 Futuridade

O Programa Futuridade - Plano Estadual para a Pessoa Idosa é coordenado pela Seads e objetiva fortalecer a rede de atenção à pessoa idosa e promover a qualidade de vida dessa população, principalmente a que se encontra em situação de vulnerabilidade social e descoberta de seus direitos. Sua estratégia de atuação parte da articulação e integração das secretarias e órgãos públicos estaduais, municipais e da sociedade civil, tomando como metas o fortalecimento e a expansão de ações direcionadas à promoção dos direitos da população idosa, a qual aumenta significativamente em todo o mundo por conta do fenômeno demográfico do envelhecimento populacional.

Interfaces

Programa Vila Dignidade

Construção de moradias, Centro de Convivência e respectivas áreas de convivência social projetadas para as pessoas idosas, em equipamento público de moradia



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

subsidiada. Tem como objetivo, a prevenção do asilamento, promoção da independência e autonomia em moradias apropriadas ao ciclo de vida, fortalecimento da rede de proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas inserindo a moradia assistida como um componente da atenção integral à pessoa idosa. Destina-se pessoas idosas com 60 anos ou mais, independentes para a realização das atividades de vida diária, com renda mensal de até 1 salário mínimo, preferencialmente sós ou com vínculos familiares extremamente fragilizados, em decorrência de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, e residentes no município há pelo menos dois anos.

Parceiros: Seeds, SH, CDHU e Municípios.

Programa Quero Vida

Promove cuidados durante o dia e proporciona espaço de acolhimento, proteção e convivência, adequados às necessidades de pessoas idosas, em situação de vulnerabilidade ou risco social e semidependentes para realização de atividades da vida diária. Previne o isolamento e a institucionalização promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares. Fortalece a rede de proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas, inserindo o Centro Dia como um componente da atenção integral à população idosa.

Parceiros: Seeds e Municípios.

Programa Experiente Cidadão

Trata-se de ação complementar a famílias de programas de transferência de renda, destinada aos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, selecionados mediante critérios pré-definidos, para participarem de atividades práticas e específicas de atendimento ao público, no ambiente de trabalho do Metro e CPTM, promovendo a sua valorização e estimulando o processo emancipatório e de inclusão social;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Parceiros: Seads, Secretaria de Transportes Metropolitanos e Metrô.

Outras Parcerias

Campanha de Prevenção de Quedas da Pessoa Idosa

Os acidentes são a quinta causa de morte entre os idosos e as quedas são responsáveis por dois terços destas mortes acidentais. A queda de idosos é um problema de saúde pública que cresce a cada ano no Brasil e tem um efeito devastador na vida do idoso. Metade dos idosos que caem não consegue recuperar sua mobilidade prévia, e isto pode contribuir para o isolamento e para a depressão, uma vez que estes idosos passam a ter dificuldade para andar e tem medo de sair de casa.

Parceiros: Grande Conselho Municipal do Idoso; Secretaria Estadual de Educação; Conselho Estadual do Idoso; Secretaria Municipal de Participação e Parceria; Secretaria do Estado de Direitos da Pessoa com Deficiência; Poupa Tempo; Secretaria de Administração Penitenciária; Secretaria da Segurança Pública, Metrô, Secretaria de Relações Institucionais; Iamspe; Fussespe; Seads; e outros

Envelhecimento Ativo e Cidade Amiga do Idoso: Estudo Para a Implementação do Bairro Amigo do Idoso da Vila Clementino no Município de São Paulo

Estudo piloto para a implementação do bairro amigo do idoso da Vila Clementino, localizada na zona sul do município de São Paulo, com vistas a transferir este conhecimento para bairros e cidades de São Paulo e outros estados. Realizará os estudos necessários para a implementação e adaptação das idéias do Guia Global das Cidades Amigas do Idoso, elaborado pela OMS. Visa consolidar uma estratégia de integração de esforços públicos, de organizações civis e das comunidades para contribuir para uma atenção à pessoa idosa que vá além dos limites dos cuidados estritos de saúde, utilizando a abordagem do envelhecimento ativo e curso de vida para a “otimização das oportunidades para a saúde, participação e a segurança,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem”.

Parceiros: Unifesp; Seads; Subprefeitura da Vila Mariana; Secretaria Estadual de Saúde.

Ações para 2011

- ✓ Realização e participação em campanhas educativas que dêem visibilidade às especificidades da população idosa.
- ✓ Aprimoramento do Índice Futuridade e orientação aos municípios para sua utilização como ferramenta de monitoramento e avaliação; além da elaboração de sua segunda versão, com o propósito de possibilitar análises diagnósticas das condições de vida da pessoa idosa nos municípios.
- ✓ Apoio técnico e acompanhamento das ações de implementação dos projetos Vila Dignidade e Quero Vida, visando à sua ampliação.
- ✓ Capacitação e apoio aos gestores e técnicos sociais dos municípios selecionados para a elaboração e a implementação de planos de ação voltados à pessoa idosa, quais sejam:

Vila Dignidade: Araraquara, Avaré, Itapetininga, Itapeva, Ituverava, Limeira, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Botucatu, Caraguatatuba, Jaú, Jundiaí, Laranjal Paulista, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Sorocaba e Tupã.

Quero Vida: Ilha Solteira, Dracena, Osvaldo Cruz, Ibitinga, Paranapanema, Barretos, Olímpia, Bebedouro, Agudos, Jaú, Bocaina, Dois Córregos, Itatinga, Botucatu, Socorro, Vinhedo, Bragança Paulista, Itatiba, Americana, Jaguariúna, Votuporanga, Miguelópolis, Poá, Capão Bonito, Itapeva, Apiaí, Pompéia, Marília,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Mogi Mirim, Espírito Santo do Pinhal, Capivari, Leme, Monte Alto, Santo Antonio da Alegria, Ribeirão Preto, Votorantim, Capela do Alto, Itu, Itapetininga, Ilhabela, Caraguatatuba.

5.1.2 REDE SOCIAL SÃO PAULO

A Rede Social São Paulo tem como missão contribuir para a garantia dos direitos humanos no Estado de São Paulo, articulando governos, empresas e sociedade civil, visando aprimorar e fortalecer os sistemas e redes na construção do bem comum. A Rede Social objetiva aprimorar o funcionamento dos Sistemas de Garantia de Direitos, de modo que os atores sociais constituam Redes Locais para operar o atendimento das suas próprias necessidades com autonomia, partindo da premissa básica que o aprimoramento do Sistema de Garantia de Direitos passa essencialmente pelo fortalecimento dos Conselhos de Direito.

No âmbito deste programa, é desenvolvida pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca), uma ação desde 2005, dedicada exclusivamente ao “Aprimoramento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de nosso Estado”. Este Sistema constitui-se em um conjunto articulado de pessoas e instituições que atuam para efetivar os direitos infanto-juvenis e trabalha com o conceito de proteção integral. Fazem parte desse sistema, a família, as organizações da sociedade (instituições sociais, associações comunitárias, sindicatos, escolas, empresas), os Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares e as diferentes instâncias do poder público (Ministério Público, Juizado da Infância e da Juventude, Defensoria Pública, Secretaria de Segurança Pública). O Sistema de Garantia de Direitos atua por meio dos seguintes eixos: promoção, defesa e controle social. Desde a sua criação em 2003, a Rede Social São Paulo incentiva a atuação em rede das organizações do primeiro segundo e terceiro setores, visando à solução de problemas sociais no Estado de São Paulo. Os pressupostos subjacentes à modelagem da Rede Social São Paulo são de que o conjunto da sociedade civil, inclusive os diferentes tipos de organizações complexas,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

detém recursos e condições para gerar resultados de desenvolvimento local, sempre que colocados em processo estruturados de interação cooperativa.

Interfaces governamentais

Secretaria do Estado do Emprego e Relações do Trabalho

Secretaria de Estado da Educação

Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania

Secretaria de Estado da Segurança Pública

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

Secretaria Municipal Especial para Participação e Parceria

Secretaria de Estado da Saúde

Potenciais parceiros regionais e municipais

Prefeituras Municipais

Conselhos de Direitos

Conselhos de Cidadania

Institutos e Fundações Empresariais

Organizações sem fins lucrativos

Igrejas e Sindicatos

Movimentos de Cidadania

Parcerias Institucionais

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ministério Público



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

CONDECA

Rede do Saber

Parceiros Destinadores

O programa de Aprimoramento do SGDCA é viabilizado por meio de parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente com recursos de parceiros da Rede Social, por adesão espontânea, direcionados ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, observadas, ainda, as possibilidades do benefício de desconto no Imposto de Renda, por parte dos doadores, em conformidade com as Leis Federais nº. 9.532 de 10 de dezembro de 1997, nº. 8.242 de 12 de outubro de 1991, Medida Provisória nº. 1.636 de 12 de dezembro de 1997 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº. 267 de 23 de dezembro de 2002. São os seguintes:

Camargo Corrêa / CESP – Companhia Energética de São Paulo / Fundação Otacílio Coser / Fundação Telefônica / Grupo Ultra / Imprensa Oficial do Estado / Instituto Votorantim / Itaú / Natura Cosméticos / Nestlé Brasil Ltda. / Prodesp / Sabesp.

Outras Parcerias

Desde o início da Rede, inúmeras outras organizações fazem-se representar de maneira não homogênea em reuniões e eventos organizados pela Rede e indicam participantes dos encontros de capacitação.

Ações para 2011

A Rede Social São Paulo continuará em 2011 sua tarefa de abrir caminhos para o desenvolvimento social sustentável, contribuindo para o aprimoramento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente com base em três ações.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

A primeira ação será dedicada à prevenção e erradicação do trabalho infantil. Por meio de duas experiências inovadoras, a do Programa de Aprimoramento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (2005-2010) e a do Circuito Estadual – Planos Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil no Estado de São Paulo que culminou na instalação do Fórum Regional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção do Adolescente Trabalhador do Vale do Ribeira (2009), pretende-se criar nas demais regiões do Estado condições para o enfrentamento ao trabalho infantil com a elaboração e implementação de ações sistêmicas em nível municipal, regional e estadual.

A proposta é mobilizar os atores envolvidos no Sistema de Garantia de Direitos para instalação de Fóruns Regionais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em todo o Estado, os quais passarão a integrar a Rede de Proteção Estadual do Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. O Fórum tem por objetivo promover a prevenção e a erradicação do trabalho infantil e proteger o adolescente trabalhador, por meio do esforço conjunto e articulado de organizações governamentais e não governamentais, entidades públicas e privadas, sociedade civil organizada e cidadãos comprometidos com a temática.

Tanto o planejamento das ações, bem como sua execução, deverá acontecer de maneira articulada entre a esfera pública, fundações, institutos empresariais e entidades civis. Para esta ação existem recursos na ordem de R\$ 375 mil reais, os quais podem ser complementados. O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente será instado para ser um importante parceiro institucional visando que parte das ações programadas seja executada com recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho compartilhe responsabilidade na divulgação e mobilização dos operadores de direito em todo o Estado.

A segunda ação da Rede Social São Paulo dar-se-á por meio de um esforço institucional de coordenação da Seads para integrar, articular e assim dar escala aos projetos que visam melhorar o atendimento à criança e ao adolescente, desenvolvidos pelas Fundações e Institutos Empresariais que compõem o Comitê Gestor, a saber: Associação Comercial de São Paulo, Fundação Telefônica,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Fundação Itaú Social, Instituto Camargo Corrêa, Instituto Natura, Grupo Santander Brasil, Instituto PNBE e Instituto SuperEco SP. Esta ação está em fase final de planejamento e não será orçamentária.

A terceira ação deverá ser executada em parceria com a Secretaria Estadual de Educação com o objetivo de reduzir a violência nas escolas por meio de um esforço conjunto de mobilização e articulação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo.

O projeto ora em curso, viabilizado pela assinatura de convênio entre a Fundação Instituto de Administração – FIA e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca), com o objetivo de aprimorar o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, teve seu aditamento de prazo, autorizado e finalizará em 2011 as seguintes metas:

- ✓ Sétima e última videoconferência do Programa Construção de
- ✓ Fundamentos, sobre mobilização de recursos para os Fundos da Criança e do Adolescente;
- ✓ Apoio técnico aos 80 municípios para finalização dos diagnósticos e elaboração dos Planos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente
- ✓ (PMADCA);
- ✓ 20 horas-aula de conteúdos técnicos para a elaboração dos Planos
- ✓ Estratégicos, que são parte do PMADCA;
- ✓ Programa de capacitação sobre técnicas de comunicação para Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente;
- ✓ Acesso à plataforma de ensino à distância, com os conteúdos dos
- ✓ programas de capacitação;
- ✓ Sistematização das melhores práticas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

5.1.3 PROGRAMA ESTADUAL VIRADA SOCIAL (PEVS)

O Programa Virada Social foi criado em 2007 pelo Governo do Estado e institucionalizado pelo Decreto nº 56.119, de 20 de agosto de 2010, alterado pelo Decreto nº 56.209, de 17 de setembro de 2010. O objetivo principal do PEVS, coordenado pela Seads, é promover ações integradas de desenvolvimento social em áreas que apresentem elevado índice de vulnerabilidade social, por meio de intervenções para ampliação e melhoria dos serviços públicos. A proposta do Programa é articular, integrar e estruturar ações do poder público (estadual e municipal) em união com organizações da sociedade civil, para a revitalização de um determinado território. O desenho metodológico do PEVS muda de acordo com a área escolhida, levando-se em conta as singularidades do local e os parceiros envolvidos na iniciativa. Contudo, independente da região alvo da intervenção, o Programa atua com base nos princípios de focalização territorial, intersetorialidade, participação popular e atuação em rede. O público-alvo do Virada Social é a população -famílias e comunidade - em situação de alta vulnerabilidade social nos municípios e bairros do Estado de São Paulo.

Interfaces

O PEVS é coordenado por um Comitê Intersecretarial composto pelos Secretários estaduais da Assistência e Desenvolvimento Social, que é seu Presidente; de Comunicação; Gestão Pública; Justiça e da Defesa da Cidadania; Relações Institucionais; Emprego e Relações do Trabalho; Segurança Pública; Agricultura e Abastecimento; Pessoa com Deficiência; Educação; Saúde; Cultura; Desenvolvimento; Esporte, Lazer e Turismo; da Habitação; do Meio Ambiente; Saneamento e Energia; representante do Ministério Público do Estado e representante do Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo.

Parcerias com Organizações da Sociedade Civil

As ONGs - Associações, Entidades, Sociedade Amigos de bairros - presentes no território/local de atuação do Programa são potenciais parceiras para a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

implementação do Plano de Ação Local a ser desenvolvido de acordo com a sua especificidade de atuação.

Outras Parcerias

Os Conselhos também são potenciais parceiros para a execução e monitoramento das ações do Programa de acordo com a necessidade: Conselhos de Direitos, Tutelares, Gestores.

Ações para 2011

As ações previstas para 2011 incluem a finalização da edição em Paraisópolis e providências para a consolidação do PEVS como política pública. Ações para consolidação do Programa:

- ✓ Mobilização e sensibilização do Comitê Gestor Intersecretarial;
- ✓ Elaboração final e aprovação do Regimento Interno;
- ✓ Ampliação da equipe de Coordenação Técnica;
- ✓ Finalização das ações de gerenciamento e divulgação;
- ✓ Estudo de indicadores para levantamento de possíveis locais para nova edição do PEVS;
- ✓ Implementação do PEVS em novo local.
- ✓ Monitoramento da nova edição e lançamento em novo local.

**5.1.4 CENTRO DE ESPORTES, CULTURA E LAZER DO PARQUE
ESTADUAL FONTES DO IPIRANGA – CECL/PEFI**

O CECL tem por missão, garantir atuação articulada e integrada ao conjunto das políticas públicas setoriais, propiciando proteção e desenvolvimento social às



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

peessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social, moradoras na região metropolitana, visando à defesa dos direitos sociais. Objetiva intensificar a intersetorialidade e a complementaridade das ações, integrando programas, projetos e serviços, visando à integralidade, a emancipação, a potencialização, a capacitação do público-alvo e a produção do conhecimento no campo da realidade e do desenvolvimento social.

O CECL é uma inovação pelos diferentes atores, quer sejam governamentais em outras políticas setoriais, não governamentais e, também pela interface com o Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que, no conjunto, apontam a intersetorialidade para o planejamento e transversalidade nas ações, que irá culminar em novo desenho de políticas, permitindo novas abordagens com base na inserção de temas e conceitos advindos de outras fontes de conhecimentos transversais. Nesse novo formato de construção, a dimensão do CECL adquire centralidade, dado o potencial de alargamento do rol de políticas públicas, programas e projetos que, evidenciando novas técnicas e conceitos, fundem-se na formulação de uma agenda regional participativa.

Interfaces Governamentais

- ✓ *Secretaria de Gestão Pública*
- ✓ Execução do Programa ACESSA SÃO PAULO que proporciona conhecimento e informação às comunidades da região, por meio de acesso livre e gratuito a Internet, por meio do uso de 13 computadores.
- ✓ *Secretaria de Desenvolvimento / Centro Paula Souza*
- ✓ Qualifica e requalifica trabalhadores jovens e adultos, por meio de cursos de Tecnologia de Informática, Telemarketing, Montagem e Manutenção de microcomputadores.
- ✓ *Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho*
- ✓ Executa o Programa Estadual de Qualificação - PEQ.
- ✓ *Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania / Centro de Integração da Cidadania – CIC*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

- ✓ Casa da Cidadania instalada que presta serviços públicos de forma descentralizada: emissão de documentos, Juizado de Pequenas Causas, Defensoria Pública, Mediação de Conflitos e outros.
- ✓ *Secretaria da Cultura*
- ✓ Projeto Guri instalado que promove a inclusão sociocultural por meio do ensino musical.
- ✓ *Secretarias do Estado e do Município da Saúde*
- ✓ Execução do Programa Casa do Adolescente que atende adolescentes e jovens de 10 a 20 anos, bem como suas famílias, por meio de atividades preventivas ligadas à sexualidade, prevenção de DST e gravidez precoce.
- ✓ *Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social*
- ✓ Execução, mediante convenio com entidades sociais, dos projetos Família Viva e EACE - Esporte, Arte, Cidadania e Educação.

Interfaces Extragovernamentais

✓ **Coca-Cola Femsa e Senac**

Execução do Programa Educação para o Trabalho que objetiva desenvolver competências empreendedoras para a construção de plano de desenvolvimento pessoal e profissional de adolescentes e jovens, visando inserção no mundo do trabalho. Parceria da Seads, por meio da Rede Social São Paulo e do Programa Ação Jovem, adiante detalhado.

✓ **Ballet Stagium**

Execução do Projeto Joaninha, resultante de parceria entre a Seads, por meio da Rede Social São Paulo, e a Camargo Corrêa - que reformou e adaptou um galpão para instalação do projeto - que possibilita a inclusão social de crianças de 7 a 10 anos, por meio de arte-educação por meio da dança: balé clássico, música, ginástica olímpica, capoeira, danças circulares, sapateado e folclore.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Ações para 2011

- ✓ Restaurante Escola com a finalidade de profissionalização nas áreas de chapeiro, garçom, garçonete, cozinheiro, auxiliar de cozinha;
- ✓ Ativação da Cantina;
- ✓ Novas parcerias com Universidades e Centros de Pesquisa;
- ✓ Revisão e atualização das parcerias governamentais;
- ✓ Construção de Pista de Atletismo em parceria com a colônia Japonesa;
- ✓ Projeto de Geração de Renda;
- ✓ Oficinas de Educação Ambiental;
- ✓ Posto de Atendimento Primeiros Socorros;
- ✓ Intensificação da parceria com a Secretaria de Estado da Educação e organização de assistência social ITD no que se refere à recente implementação do Projeto de Alfabetização com certificação da Educação.

5.2 AÇÕES INTERSETORIAIS

Em busca do aumento da capilaridade dos programas e para imprimir maior qualidade e potencializar suas ações, a Seeds vem envidando esforços na busca de novos parceiros, dando ênfase aos Colegiados, Comissões, Fóruns e Câmaras Temáticas que tratam de assuntos pertinentes ao público atendido pelos programas de transferência de renda, bem como compartilhando responsabilidades entre Estado e sociedade proporcionando transparência às ações do poder público e propiciando o acesso das famílias mais vulneráveis aos programas. Para 2011, a Seeds tem como meta buscar novas parcerias com o Sistema S e com o empresariado para o atendimento dos beneficiários dos Programas Estaduais de Transferência de Renda.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

5.2.1 Interfaces do Programa Ação Jovem

Governamentais

- ✓ Centro de Educação Tecnológica Paula Souza

Responsável pela operacionalização do programa em suas Escolas Técnicas. Responsável pelos processos de inscrição, seleção e cadastramento dos beneficiários; pelo acompanhamento desses durante todo o período de permanência no programa e, pelo controle de condicionalidades em conformidade com a legislação que dispõe sobre o Programa Ação Jovem.

- ✓ Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente-CASA

Responsável pela operacionalização do programa em suas unidades de meio aberto (semiliberdade). Responsável pelos processos de inscrição, seleção e cadastramento dos beneficiários; pelo acompanhamento desses durante todo o período de permanência no programa e, pelo controle de condicionalidades em conformidade com a legislação que dispõe sobre o Programa Ação Jovem.

- ✓ Secretaria da Administração Penitenciária

Responsável pela operacionalização do programa em suas unidades de apoio a reinserção social do egresso do sistema penitenciário. Responsável pelos processos de inscrição, seleção e cadastramento dos beneficiários; pelo acompanhamento desses durante todo o período de permanência no programa e, pelo controle de condicionalidades em conformidade com a legislação que dispõe sobre o Programa Ação Jovem.

- ✓ Secretaria Estadual da Educação

Contribui na obtenção de informação sobre a frequência e aprovação/reprovação escolar dos alunos participantes do programa.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

✓ Secretaria Estadual da Saúde

Contribui no mecanismo de obtenção de informação sobre a realização de consultas pré-natal de gestantes beneficiárias do programa.

Extragovernamentais

✓ Sesc (Serviço Social do Comércio)

Atividades nas áreas de esporte, cultura, lazer, em suas unidades. Gratuidade para a matrícula, exames dermatológicos e físicos. Tabela diferenciada de preços, com descontos, para favorecer o acesso aos serviços pagos e, percentual de vagas gratuitas para espetáculos e alguns cursos como os de música, ginástica multifuncional artes e cultura digital. Beneficiários do Programa Ação Jovem, ou seja, jovens de 15 a 24 anos, e seus dependentes.

✓ Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)

Vagas gratuitas para os beneficiários do Ação Jovem participar do Programa de Educação para o Trabalho - Novas Conexões. O curso visa contribuir para a inclusão de jovens socialmente desfavorecidos, por meio do desenvolvimento de competências que ampliem as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, geração de renda e participação na sociedade.

✓ Coca-Cola FEMSA

Trata-se de uma ação conjunta da Rede Social São Paulo e o Programa Ação Jovem em parceria com Coca-Cola FEMSA em agosto de 2004, visando beneficiar jovens de 15 a 21 anos, com ensinos médios incompleto e residentes no entorno do CECL/PEFI. A Coca-Cola contratou os serviços do Serviço Social do Comércio (Senac) para



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

ministrar o curso Programa de Educação para o Trabalho (PET). Formam cerca de 150 jovens.

5.2.2 Interfaces Programa Renda Cidadã

Governamentais

✓ **Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - CASA**

Responsável pela operacionalização do programa em suas unidades de atendimento; pelos processos de inscrição, seleção e cadastramento dos beneficiários; pela gestão de benefícios; pela oferta de ações complementares e acompanhamento desses durante todo o período de permanência no programa; e, pelo controle de condicionalidades em conformidade com a legislação que dispõe sobre o Programa Renda Cidadã.

✓ **Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP**

Responsável pela operacionalização do programa em suas unidades; pelos processos de inscrição, seleção e cadastramento dos beneficiários; pela gestão de benefícios; pela oferta de ações complementares e pelo acompanhamento desses durante todo o período de permanência no programa; e, pelo controle de condicionalidades em conformidade com a legislação que dispõe sobre o Programa Renda Cidadã.

✓ **Secretaria da Administração Penitenciária**

Responsável pela operacionalização do programa em suas unidades de apoio a reinserção social do egresso do sistema penitenciário; pelos processos de inscrição, seleção e cadastramento dos beneficiários; pela gestão de benefícios; pela oferta de ações complementares e pelo acompanhamento desses durante todo o período de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

permanência no programa; e, pelo controle de condicionalidades em conformidade com a legislação que dispõe sobre o Programa Renda Cidadã.

✓ **Secretaria Estadual da Educação**

Contribui na obtenção de informação sobre a frequência e dos beneficiários participantes do programa na faixa etária de 6 a 15 anos.

✓ **Secretaria Estadual da Saúde**

Contribui no mecanismo de obtenção de informação sobre as vacinações obrigatórias das crianças até 6 anos.

✓ **Secretaria dos Transportes**

Companhia de Trens Metropolitanos – CPTM e Metrô

Atendimento de beneficiários idosos e seus membros na faixa etária de 60 anos e mais, em atividades específicas de ambas as empresas no Programa Experiente Cidadão que tem como objetivo promover ações inclusivas e criar novas oportunidades para valorizar o idoso e obter como resultado a melhoria contínua do atendimento ao público, bem como minimizar a ocorrência de acidentes com idosos nas estações.

5.2.3 Interfaces do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família - PBF propõe-se a atuar sobre dois desafios: o da coordenação federativa e o da intersetorialidade. Do primeiro decorre a construção de um modelo de gestão compartilhada com estados e municípios, em que as responsabilidades de cada esfera são definidas e acordadas, buscando uma maior efetividade no atendimento das famílias beneficiárias. Já o desafio da intersetorialidade está presente na concepção de condicionalidades adotadas pelo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

programa e na articulação de outras ações voltadas para a promoção das famílias beneficiárias. A atuação integrada por meio da instituição do Colegiado Estadual Intersetorial do Programa que envolve as áreas da assistência social, saúde e educação, bem como, justiça e defesa da cidadania, planejamento e trabalho permite que o estado assessore a gestão municipal na realização de todo o processo de acompanhamento das condicionalidades, que envolve a localização dos beneficiários, registro da informação e realização de trabalho sociofamiliar dos beneficiários do Bolsa Família, em especial aqueles em situação de descumprimento de condicionalidades e/ou em situação de risco social ou pessoal. Contribui para orientar as ações de governo, principalmente na área das políticas sociais, para atuação territorializada e centrada na unidade familiar.

O Programa Bolsa Família possui três eixos centrais de atuação junto às famílias beneficiárias: a transferência de renda diretamente às famílias, que permite o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades, que por meio do reforço ao acesso dos serviços de saúde e educação, buscam contribuir para a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza e para a superação das vulnerabilidades identificadas e os programas complementares, que visam ao desenvolvimento das potencialidades das famílias, por meio da oferta de outros serviços, como educação de jovens e adultos, capacitação, acesso a microcrédito, e outros. As condicionalidades do PBF criaram espaços de ação intersetorial planejada e focada nas famílias beneficiárias em todas as esferas governamentais. Observa-se uma abordagem intersetorial no acompanhamento das condicionalidades e na construção de um trabalho socioassistencial com famílias, que contempla temáticas das áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho, geração de renda e segurança pública, entre outros.

5.2.4 Interfaces do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

O Governo do Estado de São Paulo assinou em 15 de Agosto de 2000, o Pacto pela Erradicação do Trabalho Infantil, com o apoio de 269 Organizações signatárias do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

documento. Para combater e erradicar o trabalho infantil faz-se necessária a integração de ações do governo e da sociedade civil, visando à sensibilização e mobilização de setores do governo e da sociedade em torno da problemática do trabalho infantil. Partindo desta premissa, a Seads instituiu a Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em 2001 e vinculou o Programa Bolsa Família em 2007. A Comissão tem caráter consultivo e propositivo, tendo como parceiros: Fundação Orsa, Fecomercários, Fundação Telefônica, Instituto Brasil Melhor, Serviço Social do Comércio (Senac) e as Secretarias Estaduais de Educação, Saúde e Emprego e Relações do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, as Drads da Grande São Paulo, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do Estado de São Paulo (Condeca), Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas) e Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

A Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e do Programa Bolsa Família tem o objetivo de:

- ✓ Denunciar aos órgãos competentes a ocorrência de trabalho infantil.
- ✓ Estimular e incentivar a capacitação e atualização para profissionais e representantes de instituições prestadoras de serviços.
- ✓ Contribuir no levantamento e consolidação das informações, subsidiando a operacionalização e a avaliação das ações implantadas.
- ✓ Interagir com os diversos programas setoriais de órgãos ou entidades executoras de políticas públicas que tratem das questões das famílias, das crianças e dos adolescentes, visando aperfeiçoar os resultados do PETI e do Programa Bolsa Família.
- ✓ Articular-se com organizações (governamentais e não-governamentais) para apoio logístico, atendimento às demandas de justiça e assistência advocatícia e jurídica.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

- ✓ Participar, juntamente com o órgão gestor municipal da Assistência Social, na definição das atividades laborais priorizadas e no número de crianças e adolescentes a serem atendidos por município.
- ✓ Recomendar a adoção de meios e instrumentos que assegurem o acompanhamento e a sustentabilidade das ações desenvolvidas no âmbito dos Programas.

A Comissão vem desenvolvendo um trabalho de sensibilização e de capacitação tendo em vista fornecer suporte para que os municípios paulistas reúnam as condições técnicas e políticas necessárias para a elaboração de Planos Municipais de Enfrentamento ao Trabalho Infantil. Parcerias: Fundação Orsa, Fundação Telefônica, a Federação dos Empregados do Comércio do Estado de São Paulo, Instituto Brasil Melhor, Serviço Nacional do Comércio (Senac), Ministério Público do Trabalho, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do Estado de São Paulo (Condeca), Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Organização Internacional do Trabalho.

A Seeds tem a seguinte participação na rede contra o trabalho infantil:

- ✓ Membro da Coordenação Colegiada do Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.
- ✓ Membro da Câmara Temática *O trabalho infantil no comércio informal*.
- ✓ Membro da Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e do Programa Bolsa Família.
- ✓ Apoio na implementação dos Fóruns Regionais de erradicação do trabalho infantil: Campinas, Itaquaquecetuba, Caraguatatuba, Itapeva e Vale do Ribeira.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

5.2.5 Interfaces do Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Interfaces com Secretaria Municipal de Assistência Social ou órgão congênere no município, prioritariamente os CRAS - Centros de Referência de Assistência Social; Gerências Executivas e Agências do INSS.

BPC na Escola

Parcerias com Secretarias Estaduais de Educação, Saúde, Justiça e Defesa da Cidadania e dos Direitos da Pessoa com Deficiência que compõem o Grupo Gestor Estadual, coordenado pela Seads.

Interfaces com Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação, Saúde e demais Secretarias relacionadas à defesa da cidadania ou de pessoas com deficiência.

5.2.6 Interfaces do ProJovem Adolescente

Os técnicos dos municípios e das Drads foram convidados e fazem parte de um grupo virtual de debates sobre o ProJovem Adolescente, procurando contar com a participação de todos os municípios que aderiram ao programa no Estado de São Paulo. O objetivo principal deste Grupo Virtual é constituir uma rede para troca de informações e experiências em relação ao programa no estado, oferecendo apoio à equipe técnica de referência nos municípios, em conjunto com as Drads. Trata-se de um espaço dinâmico para comunicação informal, aberto para a exposição de dificuldades, avanços, experiências, idéias, sugestões, dúvidas, críticas e trocas relacionados ao ProJovem Adolescente ou com alguma relevância para o programa.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

5.2.7 Intersetorialidade da Política de Assistência Social e a Proteção Social Especial

A Seeds participa efetivamente de ações intersetoriais em grupos de trabalho, comitês, comissões, câmaras técnicas, cuja ênfase na intersetorialidade possibilita a integração das diversas áreas da política pública.

Para 2011, está prevista a participação da Seeds nos seguintes grupos de trabalho:

Sistema Integrado de Ações Intersecretariais – SIAI / Moradias Especiais Provisórias – MEP

O Projeto SIAI, voltado à área da assistência social e da saúde do Estado e do Município de São Paulo, é uma parceria firmada para o atendimento da população com deficiência intelectual em situação de vulnerabilidade social. O SIAE–MEP está voltado ao público adulto masculino sob gestão da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - Smads, que financia o projeto juntamente com a Seeds a Secretaria Municipal da Saúde.

O SIAI é coordenado pela Seeds e é formado por uma equipe executiva e uma Comissão Intersecretarial que conta com a participação da Smads, Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde. O grupo executivo é constituído por técnicos da Seeds, CRAS e Secretaria Municipal de Saúde.

O SIAI tem por objetivo a efetivação de um projeto piloto para a constituição de residências provisórias para acolhimento de pessoas com deficiência mental grave, administrada por entidade conveniada. Atualmente conta-se com duas residências em funcionamento para o público alvo de adultos com deficiência intelectual grave.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

Sob a coordenação da Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania, tem por objetivo promover o enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Comissão Intersecretarial entre a Secretaria Estadual da Saúde e a Seads para as Casas de Apoio de Pessoas vivendo e convivendo com AIDS/HIV.

Sob a coordenação da Secretaria Estadual da Saúde, tem por objetivo promover a integração das políticas públicas da Saúde e da Assistência Social no atendimento das Casas de Apoio a pessoas que vivem e convivem com AIDS/HIV. No decorrer do ano de 2010 foram realizados seminários com a participação dos gestores municipais das respectivas pastas, das entidades sociais responsáveis pelas Casas de Apoio e representantes dos fóruns e movimentos sociais de defesa. A articulação tem favorecido a aproximação deste serviço nos CRAS e Creas na perspectiva de integrar o usuário a rede social de proteção social.

Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual

O Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual é coordenado pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, composto por: Gestão Pública, Relações Institucionais, Assistência e Desenvolvimento Social, Emprego e Relações do Trabalho, Segurança Pública, Administração Penitenciária, Educação, Saúde, Cultura e Ensino Superior. O Comitê tem por objetivo a proposição e estabelecimento de ações articuladas no âmbito do governo do Estado, para combate à homofobia e garantia de direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, a partir da promoção, elaboração, coordenação, desenvolvimento e acompanhamento de programas, projetos e atividades destinadas ao combate à homofobia, promoção da cidadania LGBT e ao respeito à orientação sexual e identidade de gênero de cada cidadão.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

No ano de 2011, o Comitê Intersecretarial terá como desafio a implementação do Plano Estadual de Enfrentamento à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT, com as várias ações intersecretariais, a efetivação do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT, a capacitação sobre o tema para a rede socioassistencial e outras ações a serem definidas.

Comitê Interinstitucional de Enfrentamento e Prevenção ao Tráfico de Pessoa

O Comitê é coordenado pela Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania conforme Resolução SJDC nº 308 de 18/01/10. São membros efetivos os representantes de 40 instituições, dentre elas as Secretarias de Estado, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública da União e do Estado de São Paulo, Ministério da Justiça, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Militar e ONGs. Tem por objetivo a implementação de políticas públicas voltadas à prevenção e ao enfrentamento do tráfico de pessoas no Estado de São Paulo. Uma das estratégias definidas e em processo de execução é a constituição de 14 Comitês Regionais e a elaboração de fluxograma de atendimento por meio da intersetorialidade.

Em 2011, o Comitê Interinstitucional em articulação aos Comitês Regionais desenvolverão atividades como campanhas educativas de prevenção e divulgação dos serviços proporcionando assim a agilização e eficácia do atendimento.

Câmara Técnica Estadual de Implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Estado de São Paulo

Criada pelo Decreto 54.295, de 23/02/2009, a Câmara Técnica é coordenada pela Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania e são membros efetivos os representantes das Secretarias de Estaduais da Educação, Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social, Justiça, da Segurança e da Administração Penitenciária,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Defensoria Pública o Ministério Público e o Judiciário, ONGs e o Conselho Estadual da Condição Feminina. Tem por objetivo analisar e monitorar os projetos encaminhados pelas Secretarias de Estado, pelos municípios e ONGs referentes aos eixos do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher: Violência Sexual Contra Mulher, Direitos Sexuais, Tráfico de Mulheres e Promoção de Direitos das Mulheres Presas em consonância a Lei Maria da Penha.

Grupo de Trabalho do Plano Estadual de Atenção à População de Rua

O Grupo de Trabalho - GT da População em Situação de Rua é coordenado pela Seeds e são membros efetivos os representantes das Secretarias Estaduais da Saúde, Habitação, Segurança Pública, Ministério Público, Emprego e Relações de Trabalho, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. O GT tem por objetivo elaborar um Plano Estadual de Atenção à População em Situação de Rua. Em 2010, foi formado um grupo de trabalho preliminar que vem elaborando discussões conceituais sobre quem é a população em situação de rua e levantamento das ações desenvolvidas nas secretarias para o atendimento à população em situação de rua.

Em 2011, o GT irá identificação das prioridades de intervenção, a definição de objetivos e estabelecimento de metas, a análise de alternativas de intervenção, a conclusão do Plano Estadual de Atenção à População em Situação de Rua e sua implementação, implementação e execução das ações estabelecidas.

Fundação Casa

A partir de 2008, a Frente Paulista de Municípios solicitou à Seeds a retomada das discussões com a Fundação Casa, dando início às discussões que desencadearam a concretização do processo de descentralização político-administrativa, culminando na elaboração de um plano estratégico para a municipalização das medidas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

socioeducativas em meio aberto no Estado de São Paulo. A partir desse momento e com a constituição de grupo de trabalho amplamente representativo, visando à participação efetiva dos Municípios, da Seeds, da Fundação Casa e dos Postos Regionais da Fundação Casa, elencaram-se propostas exequíveis para efetivação das ações integradas pelos dois órgãos estaduais.

Em 2009, iniciou-se a primeira fase de transição e municipalização das Medidas Socioeducativas compreendendo o cofinanciamento de 120 municípios atendendo ao total de 7.194 adolescentes. Em 2010, a municipalização das Medidas Socioeducativas foi concluída com a ampliação do cofinanciamento de 248 municípios com o atendimento de 12.000 adolescentes. Os demais 395 municípios também desenvolvem o atendimento de seus respectivos adolescentes com recursos próprios, por conta dos critérios de partilha que estabelecem o mínimo de oito adolescentes.

Para 2011, a projeção de atendimento é de 14.570 adolescentes agrupados em 724 coletivos, com o cofinanciamento de 245 municípios, totalizando o valor anual de R\$ 22.000.000,00.

Plano Estadual de Proteção Social à Pessoa com Deficiência

Visa dar atendimento às necessidades específicas das pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade familiar e social. A Seeds, a Secretaria Estadual de Saúde e as Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência e Desenvolvimento Social articularam-se para elaborar propostas conjuntas de ação, bem como dar continuidade ao Projeto SIAI – Moradias Especiais Provisórias, atualmente em fase de projeto piloto. Os resultados esperados são: abertura de novas vagas de acolhimento institucional integral para pessoas com deficiência; estruturação dos serviços de Saúde e de Assistência Social existentes para o atendimento das necessidades das pessoas com deficiências e suas famílias, incluindo o suporte e a capacitação das mesmas para lidar com o familiar no cotidiano; estruturação de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

novos serviços a partir da análise da demanda atendida e da demanda reprimida; e adequação dos equipamentos públicos às normas da ABNT.

6. GESTÃO

6.1 GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL

6.1.1 Aprimoramento da gestão

O Projeto Avaliação e Aprimoramento da Política Social no Estado de São Paulo, executado pela Seeds com o apoio do Programa das Nações Unidas para o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Desenvolvimento (PNUD) e cofinanciamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tem como objetivos específicos: (a) coletar, sistematizar e promover o uso de informação sobre beneficiários, projetos e instituições para garantir a gestão integrada da rede social; (b) apoiar a efetiva descentralização dos projetos sociais estaduais; (c) definir e aplicar um sistema de monitoramento e avaliação das ações e projeto de desenvolvimento social; (d) divulgar os projetos, ações e resultados da Política de Assistências Social. Para alcançar esses objetivos, o Projeto conta com os seguintes componentes: (1) Cadastro Pró-Social; (2) Apoio às Ações Municipais; (3) Monitoramento e Avaliação e (4) Estratégia de Comunicação Social.

O Pró-Social está sendo aprimorado pela Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE), que tem desenvolvido o módulo de Consulta de Dados e Georreferenciamento. Este módulo disponibilizará instrumentos para acesso aos dados dos demais módulos, gerando informações para análise, monitoramento e avaliação das ações sociais, e o módulo de cruzamento de informações via BI-Data Warehouse, que juntos possibilitarão acessos diferenciados e ágeis aos dados, via internet, a gestores em geral.

6.1.2 Transferência de renda e benefícios

O desenvolvimento de ferramentas para aperfeiçoar a gestão dos programas da Seeds irá impactar diretamente os de transferência de renda.

Para estímulo das prefeituras municipais na melhoria da gestão dos Programas Estaduais, está em andamento a elaboração pelas Coordenadorias da Pasta, do Índice Seeds. Trata-se de um indicador sintético que medirá e tornará pública a capacidade das prefeituras municipais em manter atualizados os dados cadastrais dos beneficiários dos Programas Ação Jovem e Renda Cidadã no Sistema Pró-Social, a capacidade de execução das metas na integralidade e a capacidade para o acompanhamento de condicionalidades.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Quanto à gestão do Benefício de Prestação Continuada – BPC pretende-se:

- ✓ Construir documento orientador para elaboração de Plano de Inserção e acompanhamento dos Beneficiários do BPC.
- ✓ Estabelecer fluxo entre CRAS e INSS, para encaminhamento, concessão e acompanhamento do Benefício.

6.1.3 Proteção social básica e especial

O Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) é um instrumento de gestão pública que visa a apoiar os municípios na descentralização da Política Estadual de Assistência Social, coordenar o planejamento e a execução das ações socioassistenciais por estes e oferecer parâmetros para o co-financiamento do Estado.

As atribuições da Seads na elaboração dos PMAS são:

- ✓ Fornecer os indicadores de vulnerabilidade social de cada município (com base em dados do IBGE e da Fundação SEADE);
- ✓ Atualizar os serviços conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
- ✓ Capacitar e orientar os gestores
- ✓ Cofinanciar programas e ações, monitorar e avaliar as ações, fornecer assessoria técnica e promover as capacitações necessárias, após elaboração e análise dos PMAS

As atribuições dos gestores municipais são:

- ✓ Definir as 10 maiores demandas sociais de seu território
- ✓ Elaborar seu Plano de ação
- ✓ Executar as ações



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

- ✓ Gerenciar os recursos recebidos
- ✓ Prestar contas ao Estado

6.1.4 Acompanhamento de projetos e programas

Proteção social básica e especial

O gerenciamento das informações do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) é realizado pelos sistemas PMAS-WEB e SIGEAS. O PMAS-WEB permite a transmissão de dados do município em tempo real, facilitando a coordenação e o gerenciamento pelo Estado. O SIGEAS é um instrumento de gestão informatizado que coleta dados da base do Sistema PMAS Web e gera informações sobre a rede socioassistencial municipal, produzindo relatórios que orientam a supervisão e subsidiam a tomada de decisão pelos técnicos das Drads.

Buscando o aprimoramento dos sistemas, em 2011 serão realizadas ações de aperfeiçoamento dos instrumentos de supervisão dos equipamentos oferecidos e serviços executados pelos municípios, como segue:

- ✓ Maior articulação interna entre Coordenadorias de Ação Social e de Gestão Estratégica para tratamento de possibilidades e necessidades de ambos os sistemas na Prodesp;
- ✓ Ampla revisão do sistema PMAS de 2011 com formação de um grupo de trabalho específico para o PMAS com participantes de toda Seads;
- ✓ Realização do pré-teste, correções, aprovação da versão final e implementação do PMAS 2012;
- ✓ Realização de teste piloto com o protótipo do SIGEAS já elaborado pela Prodesp;
- ✓ Formação de um grupo de trabalho específico para o SIGEAS reunindo a Sede da Seads, as Drads e representantes dos municípios;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

- ✓ Realização do pré-teste, realização de correções e adequações, aprovação da versão final e implementação do Sigeas;

Transferência de renda e benefícios

O acompanhamento da gestão dos Programas, Serviços e Benefícios objetiva:

- Prevenir a ocorrência de situações inadequadas que venham a prejudicar e/ou inviabilizar a oferta dos serviços, programas, ações e benefícios de assistência social à população;
- ✓ Garantir apoio técnico e qualificado aos municípios, visando à resolução de dificuldades encontradas, o aprimoramento e a qualificação da gestão descentralizada e dos serviços ofertados, desencadeando fluxo de ações que têm como instrumentos o Plano de Providências e, em decorrência deste, o Plano de Apoio.¹⁴
- ✓ Quando se tratar de Programas e Serviços financiados pelo Governo Estadual, a avaliação das metas pactuadas será de acordo com as Resoluções Seeds vigentes.

Para os Programas e Serviços financiados pelo Governo Federal, a avaliação se dará ao final de cada Censo SUAS, que é um processo sistemático e informatizado de coleta e análise de informações com objetivo de proporcionar subsídios para a construção e manutenção de indicadores de monitoramento e avaliação do SUAS, bem como de sua gestão integrada. As informações são coletadas dos Estados e municípios anualmente.

¹⁴ Plano de Providências: Instrumento de planejamento das ações para a superação de dificuldades municipais na gestão e execução dos serviços socioassistenciais, e em decorrência deste, o Plano de Apoio: Instrumento de planejamento do apoio técnico e, à gestão descentralizada para a superação das dificuldades na gestão e execução dos serviços socioassistenciais, a partir das metas estabelecidas no Plano de Providências.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Monitoramento e avaliação

Transferência de renda

Principais sistemas Informatizados para apoio ao acompanhamento da Gestão Integrada:

- ✓ Sistema Pró-Social
- ✓ Aplicativos dos Programas Ação Jovem e Renda Cidadã – Acompanhamento de condicionalidades e Gestão de benefícios
- ✓ Sistema de Monitoramento do Complementando Renda Cidadã
- ✓ Sistema de Supervisão dos Programas de Transferência de Renda
- ✓ SICON – Sistema Integrado de Gestão de Condicionalidades
- ✓ Sistema de Informações do BPC na Escola
- ✓ SISJOVEM
- ✓ SISPETI
- ✓ PMAS

Proteção social especial

Para 2011, são propostas:

- ✓ Realização de visitas integradas e contínuas de apoio técnico às Drads e municípios com calendário unificado;
- ✓ Definição e implementação de sistemas de acompanhamento, avaliação e monitoramento dos serviços da PSB e benefícios ela vinculados;
- ✓ Implementação de serviços de Vigilância Social com o objetivo de produção e sistematização de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos no Estado, bem como a sistematização de informações que demonstrem a qualidade dos serviços ofertados;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

- ✓ Avaliação do alcance de metas pactuadas e de indicadores de gestão de Proteção Social.

Para as Medidas Socioeducativas em Liberdade Assistida, são propostas:

- ✓ Articulação com a Fundação Casa e o GT MSE/LA da Frente Paulista para avaliação do serviço prestado pelos municípios.
- ✓ Elaboração de diagnóstico e definição de metas de atendimento pelo município, com base nos dados sistematizados pela Seads do Demonstrativo Mensal de Atendimento.
- ✓ Edição de Resolução Seads com estabelecimento de normativas para cofinanciamento, recursos humanos e monitoramento.

6.1.5 Plano integrado de capacitação

Em face da grande demanda por capacitação pelos programas e projetos desenvolvidos pela Seads no âmbito de suas atribuições, da necessidade de otimização dos recursos financeiros e humanos; da imperiosa racionalidade na utilização do tempo útil disponível, deverá ser elaborado, com a participação de todas as áreas internas demandantes, um **Plano Integrado de Capacitação** para toda a secretaria, a ser executado em 2011.

A premência da execução de um Plano Integrado de Capacitação é reforçada pela necessidade da Seads elaborar em 2011, como resultado das capacitações e das inúmeras ações de intersectorialidade, os seguintes planos:

- ✓ Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

- ✓ Plano Estadual para Pessoas em Situação de Rua;
- ✓ Plano de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;
- ✓ Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil
- ✓ Orientações para o Atendimento a Medidas Socioeducativas do Adolescente em conflito com a lei em Meio Aberto

Transferência de renda

A capacitação busca atender às demandas dos diretores e técnicos das Drads, gestores e técnicos municipais executores das ações perante os Programas de Transferência de Renda.

A capacitação também se fundamenta na necessidade de ampliar as competências dos técnicos municipais, a partir da compreensão da metodologia de trabalho no âmbito do Serviço Socioeducativo, buscando uma intervenção qualificada, com vistas ao alcance de melhores resultados e impactos das ações em benefício dos jovens e famílias beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda.

Para 2011, estão previstas as seguintes capacitações para Transferência de Renda:

- ✓ Metodologia de Trabalho com Jovens: Práticas Socioeducativas com ênfase nos eixos transversais
- ✓ Trabalho Socioeducativo com Famílias
- ✓ Aprimoramento das Gestões dos Programas Bolsa Família e Erradicação do Trabalho Infantil
- ✓ Instâncias de Controle Social dos Programas Bolsa Família e PETI sobre a PNAS: participação e controle social



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

- ✓ Estratégia de atuação e experiências com Drads

Proteção social básica e especial

A capacitação deve aprimorar a Política de Assistência Social ampliando a formação e informação dos técnicos e gestores no âmbito do Governo do Estado de São Paulo e dos municípios.

As capacitações têm por objetivos programáticos: o apoio à gestão estadual no âmbito das Drads, assessoria e monitoramento gestão municipal, fortalecimento e implementação da Rede de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial e o aprimoramento do controle social.

Com o avanço da implementação do SUAS, a capacitação reforçará os fluxos das equipes de referências, como o CRAS e os Creas, com os seus respectivos serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social em relação aos demais serviços da rede socioassistencial que são a contra-referência e complementação do atendimento aos indivíduos e famílias referenciados.

Como a política estabelece a diretriz da territorialização dos serviços, as capacitações promovidas pela Seads deverão considerar a temática do diagnóstico social, oferecendo técnicas e metodologias que aprofundem o conhecimento da realidade e mecanismos de garantias de direitos.

Para 2011, estão previstas as seguintes capacitações para Proteção Social Básica e Especial:

- ✓ Formação continuada, descentralizada e interativa dos técnicos e gestores do Estado e dos municípios, utilizando técnicas de educação à distância e encontros presenciais, a fim de aprimorar o Sistema de Garantia de Direitos e estabelecer a co-responsabilidade dos atores. As temáticas abordadas considerarão a Política



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Nacional de Assistência Social e a NOB/SUAS, como: SUAS, proteção social, defesa social e institucional, vigilância socioassistencial, co-responsabilidade dos entes da federação, planejamento, gestão, conselhos de direitos, diagnóstico social, rede de serviços socioassistenciais, metodologias aplicadas aos serviços, controle social.

- ✓ Capacitação Creas destinada a técnicos e gestores municipais e estaduais, com convite extensivo aos demais atores do Sistema de Garantia de Direitos (Poder Judiciário, Ministério Público, secretarias estaduais de políticas públicas), com objetivo de fortalecer a implementação da Política de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade no Creas, por intermédio da formação e informação, do diagnóstico territorial e da organização dos serviços. Serão utilizadas técnicas da educação à distância e encontros presenciais para o desenvolvimento dos seguintes módulos:

Proteção Social Especial e Creas

Definir conceitualmente a Proteção Social Especial e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social considerando sua gestão, recursos humanos, cofinanciamento, controle social, vigilância socioassistencial, informação, monitoramento e avaliação. Destaque para a implementação de 10 equipamentos de Creas regionalizados.

Rede Socioassistencial: referência e contra-referência

Dar visibilidade a rede socioassistencial da Proteção Social Especial e superar as lacunas encontradas estabelecendo ações conjuntas de prevenção e atendimento aos usuários vítimas de violência e/ou de direitos violados. O Creas apresenta-se como serviço referencial que deverá estabelecer fluxos e articulações com os demais serviços da rede socioassistencial (contra-referência).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Medidas Socioeducativas em Liberdade Assistida

A partir do ECA, SINASE e da Política Nacional de Assistência Social, estabelecer as diretrizes da Seads para a execução do serviço nos Creas e na rede socioassistencial; consolidar os fluxos entre Medida de Meio Fechado e suas interfaces com o Poder Judiciário; aprimorar as metodologias de atendimento, aplicar o SIPIA/SINASE.

Violência, Abuso e Exploração Sexual

Abordar a conceituação do serviço, destacar as metodologias de atendimento e prevenção, dar visibilidade a rede socioassistencial.

População de Rua

Abordar a conceituação do serviço, destacar as metodologias de atendimento e prevenção, dar visibilidade a rede socioassistencial e promover a construção dos Planos Municipais de Atendimento à População em Situação de Rua.

Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes

Abordar a conceituação do serviço, destacar as metodologias de atendimento e prevenção, dar visibilidade a rede socioassistencial, aplicar o plano de atendimento individual e familiar, bem como promover a construção dos planos municipais de proteção do direito a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

6.2 GESTÃO DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL

6.2.1 Plano Plurianual da Assistência Social

Transformação, a partir de 2011, do sistema de elaboração do Plano Estadual de Assistência Social de frequência anual para plurianual, permitindo o aprofundamento das análises e propostas para um cenário mais dilatado e coincidente com a gestão governamental - em consonância com o PPA – Plano Plurianual do Governo do Estado de São Paulo 2012-2015, a ser elaborado.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

6.2.2 Criação da Revista Social SP

Revista de assuntos de interesse para a área da Assistência Social, criada no âmbito do Projeto Avaliação e Aprimoramento da Política Social do Estado de São Paulo, parceria em andamento da Seeds com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

6.2.3 Continuidade do Programa Seminário Técnico Seeds

Realização de seminários técnicos sobre temas diversos, dirigidos aos servidores da Sede.

6.2.4 Interfaces e Parcerias do Sistema Pró-Social

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
Prestação de serviços para os Sistemas Pró-Social (desenvolvimento, manutenção e hospedagem), aplicativos do Renda Cidadã e do Ação Jovem, Sistema PMAS - Plano Municipal de Assistência Social, SIGEAS - Sistema Estadual de Gestão Assistencial e outros.

Secretaria de Gestão Pública: Sistema integrado de Convênios - SISCON

Integração em plataforma WebService com o desenvolvimento de ferramentas para celebração, controle e gestão dos convênios firmados pelo Governo do Estado de São Paulo por meio de suas Secretarias com instituições sociais para liberação de recursos para investimentos em construção, reforma e ampliação, aquisição de equipamentos, realização de projetos/custeio de interesse público. Com isso, o Pró-Social foi ampliado e tornou-se a única porta de entrada para incluir, em uma única base de dados, instituições de diversas áreas (saúde, educação, cultura), visando unificar e facilitar a gestão das políticas públicas em um mesmo sistema.

Secretaria de Gestão Pública, Caixa Econômica Federal e Receita Federal

Parceria para o desenvolvimento de nova funcionalidade por meio do módulo Instituições. O cadastro Pró-Social foi integrado com os sistemas da Receita Federal e Caixa Econômica Federal para consulta de informações on-line e em tempo real.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Secretaria da Fazenda: Nota Fiscal Paulista

Fornecimento de banco de dados de entidades, por parte da Seads, para consulta da situação cadastral.

Secretaria de Segurança Pública

Integração on-line com o Pró-Social para consulta de RG.

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – CORREIOS

Integração on-line com o Pró-Social para consulta e tratamento do endereço a partir do fornecimento do CEP.

6.2.5 Interfaces e Parcerias para a Base de Dados para o Data Warehouse
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE

Colaboração no levantamento de dados para inserção no módulo de recuperação e cruzamento de dados – DW/BI. Fornecimento de dados do sistema Pró-Social por parte da Seads.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Fornecimento de bases de dados para inserção no módulo de recuperação e cruzamento de dados (DW/BI)

Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho – SERT

Responsável pelo fornecimento de bases de dados para inserção no módulo de recuperação e cruzamento de dados (DW/BI)

6.2.6 Interfaces e Parcerias para Capacitação, Transferência de Tecnologia e Protocolo de Cooperação Técnica
Governo Federal - CadÚnico

Realização de capacitação de entrevistadores do novo formulário do CadÚnico destinada a servidores do estado e dos municípios de São Paulo. Realização de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

capacitação de operadores da versão 7.0 do sistema CadÚnico, também destinada a servidores do Estado e dos municípios de São Paulo

Ministério do Desenvolvimento Social

Proposta de constituição de um grupo de trabalho para pactuação de um protocolo de Cooperação entre Seads e o MDS para integração dos sistemas Pró-Social e CadÚnico

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Assinatura de um Protocolo de Intenções para transferência de tecnologia do Sistema Pró-Social

Governo do Estado de Santa Catarina

Assinatura de um Protocolo de Intenções para Transferência de tecnologia do Sistema PMAS Web.

SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Rua Bela Cintra, 1032 – Cerqueira César – São Paulo / SP – CEP: 01415-000

Tel.: (11) 2763-8000

www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br

